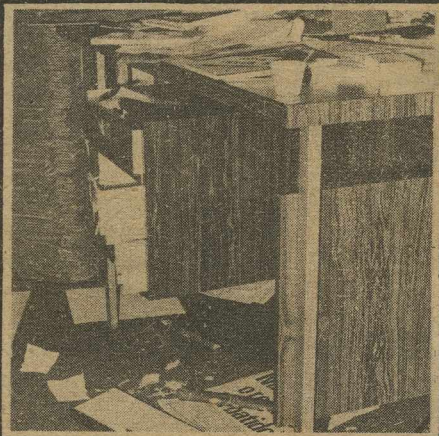


VOZ da unidade

Neste número:
os documentos
do Seminário

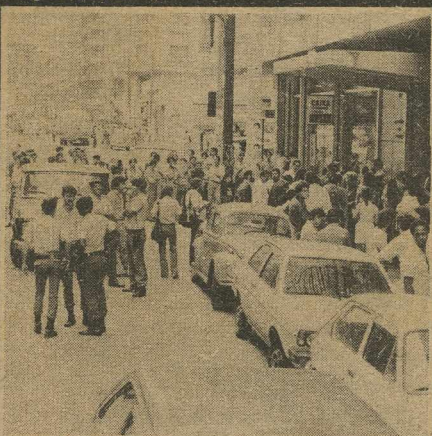
A fúria da repressão na redação da VU



Dispositivo civil-militar na porta da VU



Porta da policia Federal



Resposta à violência: UNIDADE

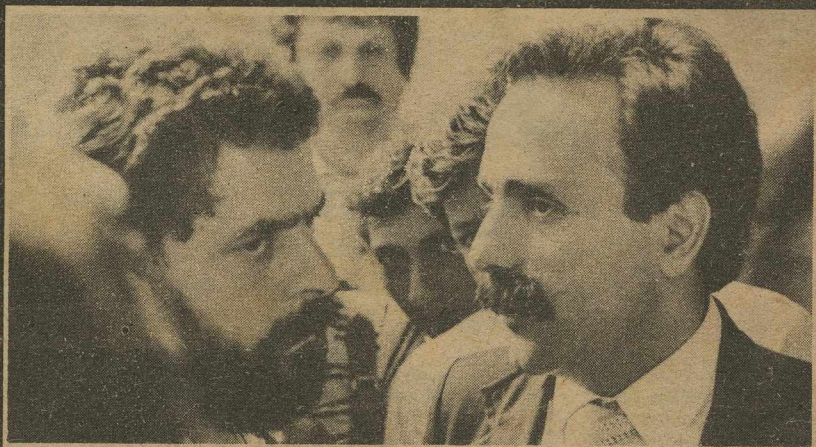
A repressão desencadeada segunda-feira contra a VOZ teve imediata resposta das forças democráticas, que manifestaram veemente repúdio à injustificável violência. Entidades, partidos e sindicatos se mobilizaram prontamente por compreender que agora, mais do que nunca, é necessário unir, acima de divergências, para impedir novos atentados à livre organização

Páginas 3, 4, 13, 14 e 15

Fotos: Angelo José Perosa



Severo: pela legalidade



Lula e Greenhalgh: manifestação de unidade na Polícia Federal



Meneguelli: solidariedade sindical

Vereadores solidários com a VU e com Tenório

A propósito do violento episódio da última segunda-feira que resultou na prisão de dezenas de pessoas e no ataque à VU, a antiga e a nova bancada do PMDB à Câmara de Vereadores de São Paulo assinaram conjuntamente nota de protesto e de solidariedade com este jornal e com o vereador eleito, Luiz Tenório de Lima, uma das vítimas da ação repressiva. É a seguinte a íntegra da moção do repúdio:

"A Bancada de Vereadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro à Câmara Municipal de São Paulo vem expressar o seu repúdio à arbitrária prisão de dezenas de jornalistas e colaboradores do Semanário "Voz da Unidade" e do vereador Luiz Tenório de Lima que, nesta data, na capital de São Paulo, realizavam reunião de debate sobre temas da realidade brasileira.

"Este é mais um atentado à liberdade de expressão que se acrescenta a outras inúmeras investidas do regime autoritário. Derrotado fragorosamente nas eleições de 15 de novembro, insistem em manter-se à força no poder, à revelia da vontade popular, acionando para isso as repugnantes leis de exceção, enquanto propalam a instauração da democracia. Este ataque das forças repressivas

soma-se à injusta condenação dos padres franceses e treze posseiros do Araguaia; à ameaça de expulsão do ex-presidente da União Nacional dos Estudantes, Francisco Javier Alfaya; a condenação dos jornalistas Juvêncio Mazarollo e Cláudio Campos e outros jornalistas em mais de um Estado do país.

"Diante do ignominioso acontecimento, os Vereadores do Partido do Movimento Democrático Brasileiro à Câmara Municipal de São Paulo, fiéis a seu compromisso de lutar por amplas liberdades políticas em nosso país, EXIGEM O FIM DA LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, FIM DE TODOS OS ATOS E LEIS DE EXCEÇÃO E O FIM DAS AMEAÇAS E PERSEGUIÇÕES POLÍTICAS que pairam sobre tantos quantos lutam pela democracia e justiça social em nosso país."

Encontro no Pará protesta contra violência na VU

Belém (Do Correspondente) — O 1º Encontro pelos Direitos Humanos, realizado entre os dias 10 e 13 em Belém do Pará, manifestou em nota lançada no seu encerramento — mesmo dia da invasão da sede da "Voz da Unidade" — o seu "veemente protesto contra a prisão dos 91 participantes do Seminário patrocinado por este Jornal". Os participantes do Encontro — entre outros Ademir Andrade (deputado federal do PMDB) e Paulo Fontelli (deputado estadual também do PMDB) — entendem que a "violência cometida fere o direito de reunião além do direito de defender a livre organização de todos os partidos brasileiros". O Encontro foi organizado pela Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos. Também compareceram representantes do Amazonas e do Maranhão. Entre as entidades presentes estavam a CNBB e a CPT.

Solidariedade em Pelotas

Na terça-feira, dia 15, durante a sessão da Câmara Municipal de Pelotas (Rio Grande do Sul), os vereadores do PMDB realizaram um ato de protesto contra a prisão de seu colega de bancada, vereador Flávio Coswig, ocorrida na segunda-feira durante o Seminário da Voz. Flávio Coswig, estudante de agronomia, 29 anos, foi reeleito vereador com mais de três mil votos, o mais votado de seu partido em Pelotas. Flávio é considerado por seus colegas de bancada da cidade e principal articulador da campanha vitoriosa do novo prefeito do município, Bernardo Souza.

Em Paris, condenação às prisões

Pierre Percy, presidente da entidade Direitos Socialistas do Homem, durante a exposição cultural latino-americana que se realiza atualmente em Paris, condenou no dia 14 a detenção dos participantes do Seminário da Voz da Unidade, falando por ocasião da visita do presidente francês Mitterrand e sua esposa àquela mostra.

Morreu José Menezes

RECIFE (Do Correspondente) — Uma grande perda tiveram, este mês, os comunistas pernambucanos e brasileiros. José Menezes do Rego Lima (Zeca) faleceu, dia 8, nas dependências do Hospital Getúlio Vargas, vítima de uma grave e súbita infecção.

Nascido nas terras da Usina Tiuma, a 20 km do Recife, Zeca sempre foi fiel às suas origens operárias. Desde moço, vivenciando a dureza de canavieiros, integrou-se na luta dos trabalhadores e incorporou-se às fileiras do PCB, dando o melhor de sua energia e de sua capacidade nos embates de classe.

Companheiro exemplar, na sua trajetória partidária, nunca perdeu o otimismo quanto à vitória dos seus ideais, pagando muitas vezes caro (com prisão, perda de emprego, fuga para outros Estados etc.), a sua bela intransigência. Grande articulador e organizador, era a simplicidade e modéstia em pessoa. Diplomata no trato com as pessoas, era aberto à renovação nas idéias e na prática.

Desaparecido aos 54 anos, ainda em pleno vigor da vida, deixou viúva dona Terezinha, seis filhos (José, Luiz Carlos, Cleto, Socorro, Marcos e Clóvis) e 10 netos, aos quais transmitiu a marca de sua personalidade de combatente e de homem profundamente identificado com sua classe e seu povo.

Em virtude do episódio do dia 13, ficou prejudicada a distribuição do jornal pelo correio para algumas cidades do interior de São Paulo e alguns outros Estados. Assim, solicitamos aos nossos colaboradores que nos comuniquem, caso saibam de alguma localidade para a qual não tenha sido enviado o jornal.

Labuta solidário Protestos contra assassinato de jornalista

AOS COMUNISTAS BRASILEIROS

O jornal LABUTA, através de seu diretor-responsável, José Eduardo Meneghetti, vem prestar a sua irrestrita solidariedade a todos os membros do PCB, pelo acontecimento que ficará marcado em nossa garganta, desse dia 13 de dezembro de 1982.

Como somos comunistas, como somos marxista-leninista, como acreditamos no comunismo, queremos deixar claro que essa abertura do general Figueiredo não passa de uma faca de dois gumes.

Temos o direito de expressar a nossa opinião. Temos o direito de dizer o que pensamos. Somos comunistas e como comunistas somos uma força que o poder e as forças reacionárias têm medo de deixar ser livre, pois, livre seremos.

Comodiretor do jornal LABUTA e representante da Voz da Unidade em Franca, deixamos a nossa solidariedade, pela revolta que nos marcou com essa atitude selvagem e grotesca desse governo arbitrário e imperialista.

Saudações Companheiros.

Saudações Camaradas.

Viva o Comunismo.

Viva Lênin.

"NÃO SOMOS NADA, SEJAMOS TUDO".

José Eduardo Meneghetti
diretor-responsável

Manaus (Do Correspondente)

— O assassinato do jornalista e presidente da Associação dos Jornalistas de Roraima, João Batista de Alencar, ocorrido semana passada em Boa Vista, capital daquele Território, causou manifestações de protesto de todas as correntes democráticas do país. Realizou-se um ato público na sede do PMDB de Manaus, e várias moções de solidariedade foram enviadas. O Sindicato dos Jornalistas do Amazonas distribuiu nota onde avisa que não "existirá democracia no Brasil sem a ampla participação de todas as correntes de pensamento e organizações consideradas "ilegais" pelo regime".

Acrescenta a nota que a responsabilidade é do atual governador do Território, Coronel Otomar. "Somente a ele cabe responder pelo crime, pois como autoridade máxima deve esclarecer para toda a Nação o assassinato ocorrido".

Uma leitura indispensável

Saiu o n.º 2 da revista Problemas, com artigos de Giocondo Dias, "O fracasso da política imperialista do Big Stick"; Boris Ponomarev, "A política nacional leninista do PCUS e seu alcance internacional"; Conferência Teórica Internacional de Havana, "Unidade, objetivo estratégico da revolução", entre outros.

Pedidos devem ser feitos à Editora Novos Rumos, na Praça Dom José Gaspar, 30, 21º andar, em São Paulo. Telefone: 231-2583, com o Valmir.

problemas
N.º 2 JUL-AGOS-SET-82
PUBLICAÇÃO TEÓRICA E INFORMATIVA

"Sobre as vias de desenvolvimento do capitalismo na América Latina e no Caribe"
Conferência realizada em Havana

"A política nacional leninista do PCUS e seu alcance internacional"
Boris Ponomarev

VOZ da unidade

Salvem a vida de Maidana!

Subsidiária da Fiat de Belo Horizonte despeja mais 250 operários, o mesmo acontecendo com a GM em São Paulo. O desemprego continua sendo a principal preocupação do movimento sindical, que também pede solidariedade para com os presos políticos do 1º Regulamento. Os resultados das eleições no país abrem espaço para a luta concreta dos trabalhadores.

ps. 12 x 11

URSS — 60 anos da economia socialista

Página 8 e 9

A vitória apregoada pelo governo é falsa

No página 5 o autor apresenta uma avaliação sobre os mais recentes resultados eleitorais, que indicam a vitória da oposição sobre o governo e o PDS. Mesmo no caso de vitória do governo, a oposição ganha mais espaço político, com maior número de parlamentares e de prefeituras em cidades economicamente fortes. Nos Estados onde existe o PMDB os governadores eleitos anunciam e tratam um programa de governo com o povo, para ampliar as conquistas democráticas e trazer melhores condições de vida para os trabalhadores.

Página 4, 6 e 7

Não deixe de fazer sua assinatura

- Anual de apoio (52 números consecutivos) ... Cr\$ 10.000,00
- Anual Simples (52 números consecutivos) Cr\$ 5.000,00
- Semestral Simples (26 números consecutivos) Cr\$ 2.500,00
- Assinatura para o Exterior (anual) US\$ 120,00

ENDEREÇO PARA REMESSA:
Nome
Endereço
CEP Cidade Estado
Anexo cheque n.º contra o Banco n.º

ATENÇÃO: Os cheques deverão ser enviados em nome da Editora Novos Rumos Ltda.

Assinatura:

Um jornal que une garra e sabedoria na luta pela democracia, socialismo e paz.

VOZ da unidade
Diretor responsável: Henrique Cordeiro Rg. Prof. n.º 8955 - RJ
Edição número 134
De 16 a 22 de dezembro de 1982
Semanário nacional

Representantes:
Porto Alegre João Aveline Av. Borges de Medeiros, 308, Edifício Fronteira, conj. 62, 6º andar — Florianópolis Nildo José Martins — Londrina Jussara Rezende — Rio de Janeiro Henrique Cordeiro, Rua Miguel Couto, 105, sala 611. Tel.: 283-3188 — Belo Horizonte E. Garcia, rua Bahia, 1148, conj. 1640 — Goiânia Av. Goiás, 400, sala 31 Brasília — Joaquim J.S. Neto Maciel Graciano dos Santos — Recife Paulo Cavalcanti, Rua do Hospício, ed. Olimpia, sala 709 — Natal Graciano Cavalcanti — Fortaleza Caboclinho Farias — Belém R.A. Jinkings, Rua Tamoiós 1592, Tel. 222-

7286 — Manaus: Xisto Filho, Beco da Indústria 23, altos — Porto Velho: Evamar Mesquita, Av. Pinheiro Machado, 2471 — Santos/SP: Rua Conselheiro Nébias, 368-A, sala 511 — Alta Mogiana/SP: Fernando Antonio Gelfuso, Rua Pernambuco, 607, Ribeirão Preto, tel.: 625-7927.

Propriedade da Editora Novos Rumos Ltda. Praça Dom José Gaspar, 30, 20º andar. CEP 01047. Tel.: (redação) 231-2926 - Telex: (011) 32096 VOZ. São Paulo, SP. Impresso nas oficinas da Cia. Editora Joruês, Rua Gastão da Cunha, 49, São Paulo, SP.

A Voz da Unidade não se intimida

Este jornal foi vítima, segunda-feira, dia 13 (coincidentalmente, o mesmo dia em que, há 14 anos, abatia-se sobre a nação a negra noite do terror fascista formalizado pelo AI-5) da maior violência cometida neste país contra os mais elementares direitos constitucionais desde 1979.

Não há exagero nesta afirmação. Sabe-se que, entre 1980 e 1981, foram levados a cabo inúmeros atentados contra forças, movimentos, partidos, personalidades e organismos democráticos. Em nenhum deles, porém, o regime assumiu claramente a autoria e a responsabilidade. Agora, contra a **Voz da Unidade**, o que se acionou, "legalmente" foi o aparato repressivo cuja receita para a vida social é o puro e simples arrepio às normas que o próprio regime aceita como constitucionais.

De fato, o que se passou nas instalações da **Voz da Unidade**, no dia 13 de dezembro de 1982? A pura, simples e brutal violação do mínimo direito cívico de reunião. Em nosso auditório estava a iniciar-se um seminário aberto e público sobre "A Questão Comunista no Brasil". Convidados de vários pontos do país debateriam, à base de informes e textos preparados previamente, a realidade sócio-econômica brasileira, as perspectivas políticas da nossa sociedade e o papel nela representado pelos comunistas. Mal iniciados os trabalhos, a Polícia Federal invadiu o recinto — e, desta invasão, o leitor encontra o balanço nestas páginas.

É preciso afirmar sem ambigüidades: a **Voz da Unidade**, semanário legal, não tem nada a esconder — e muito menos um corriqueiro seminário. Não temos, nem patrocinamos, atividades clandestinas. Nossa intervenção na vida brasileira (marcada pelo nosso explícito compromisso com a classe operária, com a democracia e com o socialismo) é pública, à luz do dia. Não expressamos opiniões de uma seita exótica, mas aspirações que têm larga tradição na história do Brasil. Recusamo-nos a ser tratados como um caso de polícia.

Na manhã do dia 13 promovíamos um debate livre e democrático, como o fazem hoje vários órgãos da imprensa. Por que, então, o arbítrio, a violência, as prisões?

Seríamos ingênuos ou hipócritas se não colocássemos as cartas na mesa. E todos sabem da resposta: o arbítrio, a violência e as prisões, têm um sentido inequívoco — **intimidar as forças democráticas**. A brutalidade da repressão, atingindo a **Voz da Unidade**, visa paralisar as tendências democratizantes que se fortaleceram a 15 de novembro. Pretende ser uma "ação exemplar" contra todos os democratas, indicando os "limites" da "abertura".

A pronta reação do que há de mais vivo e dinâmico na sociedade civil, entretanto, jogou por terra as pretensões daqueles que apostavam na provocação. A rápida mobilização da imprensa e de personalidades e partidos democráticos impediu desdobramentos favoráveis ao arbítrio. Partidos políticos, entidades sindicais e profissionais, líderes do mais diferenciado espectro ideológico organizaram o protesto. Se, às 10 horas da manhã, algumas dezenas de policiais faziam da nossa redação uma praça de guerra, às 10 horas da noite, no **Tuquinha**, muitas centenas de democratas consolidavam a trincheira cívica que, horas antes, já se construía em

frente ao edifício da Polícia Federal. Foi esta demonstração de unidade que deteve a empreitada anti-democrática. Ao arbítrio oficial respondeu a unidade democrática.

No plano jurídico — se é que se pode falar em **juridicidade** quando brandem a Lei de Segurança Nacional —, vai se desenrolar um longo processo. Mas, na verdade, a sua conclusão será **política**: tudo continuará dependendo da mobilização unitária dos democratas de todos os partidos, dos democratas de todos os movimentos — enfim, dos cidadãos que repudiam a tutela e o autoritarismo.

Voz da Unidade, contando com o respaldo das forças democráticas, continuará como tem sido: firme, objetiva, serena. Não nos intimidaremos. Prosseguiremos na intransigente defesa da democracia e do socialismo. Lutaremos sempre: sabemos que não está em questão apenas o nosso direito de existir, mas o direito de toda a cidadania.

As forças democráticas também o sabem —, por isto, assumiram e encamparam a nossa luta.

A agressão à **Voz da Unidade** encerra duas lições. Primeira: o regime, em declínio histórico, tudo fará para travar o avanço da democracia. Segunda: unidos, os democratas não serão batidos.

Passada a agressão, estamos como sempre estivemos: tranquilos. Mobilizados e atuantes. Este país mudou, e nós contribuimos para isto. E vamos continuar, para que ele mude ainda mais.

Na nossa luta — que é a de todos os democratas — não há lugar para o desânimo. Ao contrário: quiseram nos atingir porque representamos o futuro — e é por isto que estamos mais firmes, mais convictos, mais mobilizados que antes.

Vieram, entraram, violaram, quebraram, prenderam. Mas nós estamos aqui. Resistimos. Não aceitamos a provocação. Voltamos normalmente às bancas. A luta continua. E a esperança aumenta.

Não há arbítrio que detenha o futuro.

VOZ
da unidade

São Paulo, 20 de novembro de 1982

Prezados amigos,

Avançam as tendências democratizantes na sociedade brasileira, definem-se projetos sócio-políticos, abrem-se espaços para novas discussões.

O semanário **Voz da Unidade**, sintonizado com a realidade política nacional, considera que se faz necessária uma ampla reflexão sobre o papel das esquerdas brasileiras na conquista da democracia plena. Desde maio de 1981, ao divulgar as "Teses para um Debate Nacional de Comunistas pela Legalidade do PCB", **Voz da Unidade** desenvolve esforços para contribuir para esta reflexão.

Agora, temos o prazer de convidá-lo para um Seminário que tematizará exatamente os problemas abordados naquelas "Teses". Trata-se de um encontro de caráter nacional, cujo conteúdo é eminentemente teórico e cuja realização se ampara nos direitos cívicos constitucionais, que garantem a liberdade de reunião e de expressão do pensamento.

O evento se efetivará entre os dias 13 e 16 do próximo dezembro, das 08:00 às 18:00 horas, na sede da **Voz da Unidade** (Praça Dom José Gaspar, nº 30, 20º andar, Centro, São Paulo - S.P.).

Contando com a sua presença, subscrevemo-nos,

fraternalmente,



TAKAO AMANO
DIRETOR ADMINISTRATIVO
EDITORA NOVOS RUMOS LTDA.
Praça Dom José Gaspar, 30
20.º e 21.º andar
Centro - CEP 01047
São Paulo - S.P.

Fac-simile do convite distribuído aos participantes do Seminário promovido pela **Voz da Unidade**.

O Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas esclarece a opinião pública:

1. Desde a anistia, em 1979, os comunistas brasileiros vêm pautando a sua ação segundo dois parâmetros: a luta pelo seu direito cívico de existir legalmente como corrente de pensamento e o cuidado em evitar confrontos políticos que prejudiquem o amplo leque das forças democráticas, de que fazem parte.

Assim é que, desde então recusaram-se a quaisquer atividades fora dos limites da lei, consabidamente restritiva e antidemocrática. Atuamos às claras, à luz do dia, na condição de cidadãos que somos.

2. Entendemos que não se deve e não se pode abdicar da luta pela legalidade do PCB. Trata-se de uma questão que, por outro lado, não diz respeito apenas aos comunistas — é a questão central da vida política brasileira. Todos os democratas sabem (e a maioria o diz abertamente) que só haverá democracia neste país com a garantia da existência legal do PCB.

Seria oportunismo e irresponsabilidade nossos se, em face da situação vigente, adiássemos a luta pela legalidade. As forças vivas da sociedade brasileira nos reconhecem como interlocutores legítimos; só o regime, com a Lei de Segurança Nacional, insiste na repressão. Num quadro como este, cair na inércia ou mergulhar na clandestinidade seria colocar-se de joelhos diante da reação.

3. Em face dos eventos de anteontem, cabe-nos declarar:

- a) a nossa solidariedade militante ao jornal *Voz da Unidade*, que, na promoção de um seminário sobre “A Questão Comunista no Brasil”, foi violentado pela repressão;
- b) o nosso reconhecimento a todas as entidades sindicais e profissionais, aos partidos (nomeadamente o PT e o PMDB), à Comissão Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de São Paulo e às personalidades que protestaram

contra a arbitrária prisão de companheiros nossos que participavam daquele seminário;

c) que permanecem presos, incomunicáveis, os companheiros Giocondo Dias, Salomão Malina, Régis Frati e Almir Neves, além de João Guilherme Vargas Neto, este membro da Comissão Paulista pela Legalidade do PCB. Ademais, casas de companheiros nossos foram revista-das no Rio de Janeiro e em São Paulo, suas famílias estão sendo intimidadas.

4. A repressão de anteontem deixa nítida a contradição que tem marcado a política conduzida pelo governo. Ela é incompatível com as propostas, e mesmo com algumas iniciativas, tão alardeadas pelo Presidente da República.

Consideramos que a repressão de anteontem não visou somente aos comunistas. Operação de setores reacionários, quer atingir toda a oposição, dividi-la para reduzir o alcance dos êxitos de 15 de Novembro e, sobretudo, amedrontar os trabalhadores e suas entidades, às vésperas de um ano em que a sua mobilização será essencial para assegurar as conquistas já obtidas.

Por tudo isto, o que está em jogo, neste processo, é toda a questão democrática — com a questão comunista no seu bojo.

A unidade de todos os democratas, agora, é mais necessária que nunca. Libertar os comunistas presos, garantir os direitos constitucionais ameaçados é tarefa de todos.

5. De nossa parte, continuaremos reivindicando e lutando pela legalidade do PCB.

Os comunistas não abandonarão os espaços legais que alcançaram. Não queremos recuar para os subterrâneos. Prosseguiremos recusando a ilegalidade que uns poucos, contra a vontade expressa de todas as forças democráticas, insistem em nos impor.

São Paulo, 15 de dezembro de 1982.
O Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas.

O SEMINÁRIO

Participantes de quase todos os Estados brasileiros estavam reunidos a convite da *Voz da Unidade*, num Seminário para debater as "Teses para um Debate Nacional dos Comunistas pela Legalidade do PCB". A seguir pleiteariam o direito dos comunistas brasileiros constituírem-se em partido político legal. Estavam exercendo um direito garantido pela Constituição, que mesmo outorgada e remendada pelo regime, afirma asse-

gurar a liberdade de reunião e de expressão do pensamento.

A polícia política diz ter encontrado dentre os participantes "farto material subversivo". Prestando um serviço à história da luta pela democracia no Brasil, a *Voz da Unidade* resume, da página 5 à 12, o conteúdo dos principais documentos que estavam sendo analisados no Seminário, que que a opinião pública democrática conheça a verdade.

AS MODIFICAÇÕES DA VIDA POLÍTICA NACIONAL

A situação política pós-74 é caracterizada pelos documentos preparatórios do *Seminário* como *abertura*.

As eleições de 74 marcam o início um período marcado pela "ascensão do movimento democrático e da atividade política das massas populares, pelo agravamento das contradições entre as classes dominantes e no bloco de forças no poder, pelo reforço da tendência à democracia e pelos esforços do regime para auto-reformar-se".

A abertura é um amplo processo de real democratização, que se choca com a política do regime de auto-reforma, que é a sua luta para institucionalizar-se e modificar-se por meio de limitadas reformas políticas que não alteram o seu conteúdo "anti-democrático, anti-popular e anti-nacional".

Os documentos do *Seminário* ressaltam como acontecimento mais "destacado do período" a "reinscrição da classe operária nos primeiros planos da vida nacional, através dos grandes movimentos reivindicatórios e grevistas", do maciço voto operário nas oposições, "e de outras ações pela democratização do país". É destacada a I CONCLAT.

As franquias democráticas conquistadas não são dádivas do regime. "Deveram-se, em primeiro lugar, à prolongada e difícil luta empreendida pelas massas populares e pelas forças políticas democráticas". E também às divisões nas classes dominantes e à iniciativa do regime para auto-reformar-se.

Política externa evolui positivamente

Expressando a busca de menor dependência e maior autonomia em relação aos países imperialistas — principalmente o norte-americano, cuja hegemonia sobre o sistema capitalista acha-se em declínio — a política externa brasileira tem evoluído positivamente.

O Brasil tem se pronunciado pela paz, tem recusado o papel de "gendarme" dos povos latino-americanos, tem assumido um **terceiro mundismo**. Tem se oposto ao colonialismo, ao racismo, e tem melhorado suas relações com os países socialistas.

Assinalam os documentos: "A despeito desta evolução positiva, a política externa brasileira conserva sequelas dos tempos do 'alinhamento automático'. Um exemplo delas é a injustificável ausência de relações comerciais e diplomáticas com a Cuba socialista". E prosseguem: "Por outro lado, o posicionamento do governo brasileiro em face das

agressões sul-africanas aos povos de Angola e Moçambique continua tímido e vacilante".

Regime quer descarregar crise em cima dos trabalhadores

"Sobre o novo processo político — e como sua parte integrante — exerce grande pressão a crise econômica, que se arrasta desde o final de 1973 e que sofreu brusco agravamento nos últimos dois anos. Ela se mostra nos índices inflacionários, na recessão e no desemprego, nas elevadíssimas taxas de juros e na crise do balanço de pagamentos, na dívida externa e na crise fiscal, esta decorrente do malbaratamento das finanças públicas para subsidiar os monopólios e o latifúndio".

A crise conjuntural torna-se ainda mais complexa pela conjugação de "fatores estruturais — as condições de exploração dos trabalhadores, a dependência, a extrema concentração de renda e da propriedade, a monopolização, a integração do latifúndio, as desigualdades regionais — com os seus elementos políticos constitutivos — o regime a serviço do grande capital e a sua orientação econômico-financeira, nos marcos da continuada e sempre mais agravada crise mundial".

E denunciam: "Desde os finais de 1980, o governo implementou um elenco de medidas econômico-financeiras cujo sentido é lançar sobre as camadas assalariadas (especialmente a classe operária) o ônus da crise. Estas medidas, destinadas todas a manter a orientação econômico-financeira do regime, só tiveram por resultado o aprofundamento da crise econômico-social: as perspectivas para 1983 são verdadeiramente dramáticas — e o recente anúncio do **Plano de Emergência** evidencia que o governo prosseguirá com o seu 'modelo', numa política que afetará também os pequenos e médios empresários".

Sobre o ordenamento econômico brasileiro segundo as exigências do FMI, os comunistas são taxativos: "Quaisquer que sejam os termos da negociação com esta instituição internacional, sem uma reorientação efetiva da política econômica, não se superará a crise de forma a contemplar as necessidades e os interesses populares".

Comunistas estão acertando no fundamental

Diante do golpe militar de 64, os comunistas "demonstraram o caráter ditatorial do novo regime, a sua tendência à fascistização e

a sua transformação em uma ditadura militar-fascista". Revelando domínio do marxismo-leninismo, souberam traçar um caminho de luta acertado, baseado na construção de um movimento democrático de massas. Divergiram das aventuras militaristas e daqueles que igualmente subestimando as massas negavam o trabalho no parlamento e nas entidades. Não embarcaram também na capitulação dos que acreditavam numa "autodemocratização do regime, no compromisso com o mesmo para 'absorvê-lo' gradualmente ou em um 'pronunciamento' palaciano de generais".

Sobre o momento político recente, dizem os documentos preparatórios: "Desde 1979, os comunistas passaram a atuar com mais vigor no movimento operário e sindical (urbano e rural), participaram de forma evidente na CONCLAT e estão inseridos na luta pela Central Única dos Trabalhadores, marcaram ativa presença nos movimentos sociais das camadas médias — sempre operando de modo a estimular as tendências à unidade das forças democráticas. Empenharam-se decididamente na preparação e realização da campanha eleitoral de 1982, estiveram no centro dos esforços para a afirmação da frente democrática (com as propostas do **voto democrático útil** e dos **governos de ampla coalizão democrática**) e recolheram das urnas, através dos candidatos que apoiaram, resultados animadores".

Instabilidade e transição

O momento político atual, nos dias que correm, é de instabilidade e transição. Não corresponde aos interesses imediatos de nenhuma das forças em luta no cenário nacional.

"Mas o seu eixo-básico é constituído pela luta entre o regime, com o seu projeto de auto-reforma, e as forças democráticas, que pretendem um novo regime, democrático e modificações econômico-sociais tanto imediatas quanto de caráter estrutural".

A extrema direita bate-se pelo retrocesso político, tendo o seu espaço cada vez mais reduzido.

"O regime, para alargar sua base de sustentação, procura levar até o fim a sua política de liberalização controlada". Conta com a divisão das oposições. "O regime pretende instaurar no país a superestrutura política adequada à sua natureza de classe: uma

combinação estável de formas parlamentares limitadas com mecanismos decisórios ditatoriais".

Articula-se também uma alternativa patrocinada por setores do capital monopolista, que querem ir além dos limites da auto-reforma, mas não pretendem uma democratização real, embora cheguem a incorporar algumas bandeiras da frente democrática.

O entrave maior ao projeto de auto-reforma é a afirmação crescente das forças democráticas. "O povo brasileiro exige a instauração de um regime democrático, capaz de realizar uma política econômico-financeira voltada para a satisfação das necessidades das massas trabalhadoras e para a salvaguarda dos interesses nacionais e vai compreendendo que o caminho mais viável para isto tendo em conta a realidade político-social do país, é a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livremente eleita e soberana, através da unidade de todas as forças democráticas e da ação das massas populares".

Grande passo à frente em 15 de novembro

Neste contexto de instabilidade e transição, de polarização entre a auto-reforma e a democratização, o 15 de novembro teve grande significado.

O regime conserva ainda capacidade para recompor-se em parte, para tomar iniciativas e para reprimir propostas mais avançadas das oposições.

No entanto, a auto-reforma encontra agora limites ainda maiores. A frente democrática conquistou parcelas importantes do poder político, que se ainda não permitem a inversão a seu favor da correlação de forças, proporcionam condições favoráveis à ampliação da luta democrática.

Complementam os documentos preparatórios: "Os resultados eleitorais não modificarão, por si sós, o cerne do regime, não implicarão em sua superação. Ele continua guardando capacidade de iniciativa e as posições decisivas do Estado, com vistas à luta pelo seu projeto. Contudo, estreitaram-se mais sua área de manobra e sua base social e política, o que acarretará maiores dificuldades aos seus objetivos de legitimar-se através da auto-reforma. É que o resultado fundamental das eleições residiu no fortalecimento da tendência predominante da vida política nacional — a da sua democratização".

O SEMINÁRIO

AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO BRASIL

“O Brasil tem hoje a sua população majoritariamente nas cidades, uma sociedade civil renovada e complexa, um Estado a serviço dos monopólios e uma integração diversa no mundo”, conceitua inicialmente em sua apresentação o documento *As Transformações Sociais no Brasil*, preparatório do Seminário, salientando que “o resultado mais importante destas transformações foi a afirmação plena da burguesia e da classe operária como as duas classes fundamentais na estrutura social do país”.

A burguesia

Recordando que a burguesia brasileira jamais constituiu um bloco homogêneo, o documento aponta as “novas polarizações dentro da burguesia” e, com o agravar da crise econômica, a “modificação da distribuição de forças no seu interior”.

Segundo a análise, como resultado do crescimento e consolidação dos monopólios, surgiu a oligarquia financeira, que representa “o vértice da classe capitalista, dominando, com os préstimos do Estado, a parte substancial do trabalho social, dos capitais e recursos pecuniários alheios”. O seu capital, por isso mesmo — prossegue — contém um elemento sempre ampliado da expropriação do proletariado, dos pequenos produtores e dos capitalistas não-financeiros.

“Desenvolvendo-se, assim, à base de um processo antagônico e agudo, conflituoso, no interior da própria burguesia, a oligarquia financeira encarna as principais relações de produção do capitalismo brasileiro, ao lado dos representantes diretos dos grupos financeiros internacionais, sobretudo norte-americanos, que dominam o País”.

Ressaltando a união dos grupos financeiros brasileiros e internacionais, o documento aponta “um grande número de administradores e testas-de-ferro, saídos diretamente das mais ricas famílias brasileiras e da alta burocracia estatal e militar”, que constituem “o segmento social mais reacionário da sociedade brasileira, expressão efetiva da **interiorização** do imperialismo no País”.

Esta parte do documento salienta, entretanto, que “a oligarquia financeira não é homogênea” e que inclui grupos brasileiros “que conservam basicamente sua independência, manipulando contradições e mesmo favorecendo correntes liberais e interesses contrapostos aos do imperialismo, patrocinando projetos políticos alternativos ao regime ditatorial”.

Não-monopolistas

Em relação à camada não-monopolista, que segundo o texto “multiplicou-se com o

desenvolvimento capitalista, apoiada nos médios e pequenos empresários”, a observação é a de que “continua a deter papel importante na economia, mas sua influência sobre o Estado decresceu e sua capacidade de ação política independente tem sido limitada”.

Latifúndio

Sobre a oligarquia latifundiária, o documento aponta “seu aburguesamento, seu declínio no poder estatal”, mas indica também a manutenção de “poderosa influência na vida nacional, por seu poder econômico e pela fusão dos seus extratos mais altos com a oligarquia financeira”, ressaltando que, por sua influência ideológica “o estado ditatorial não pode dispensar seu apoio político”. Ainda segundo o texto, “seus interesses vêm se chocando sobretudo com os monopólios transnacionais”, o que faz surgir dentre os latifundiários aburguesados, em função da crise econômica, “movimentos que engrossam, em algumas regiões, as forças de oposição ao regime”.

O proletariado

Seis milhões de operários industriais, seis milhões na esfera de serviços e mais de 11 milhões de assalariados agrícolas formam hoje, segundo os números do documento, o proletariado brasileiro. Nas fábricas, de 3,3 milhões de pessoas mais de 50% tem menos de 30 anos e 25% são mulheres. “O desenvolvimento técnico determinou que na produção se utilize cada vez menos mão-de-obra não-qualificada, enquanto vai surgindo um tipo de operário altamente qualificado”. “A concentração de dezenas de milhares de trabalhadores em grandes fábricas modernas da indústria de ponta — o ABC paulista por exemplo — emprestou à classe operária deste setor uma maior capacidade potencial de luta”. “A realidade da situação do operariado no setor monopolista privado — nacional e estrangeiro — difere, entretanto, do setor monopolista estatal, onde a repressão policial e as sanções econômicas dificultam a organização”.

Em relação aos empregados, o texto diz que “algumas categorias, como os bancários, sofreram uma diminuição relativa do contingente, alta rotatividade no emprego, desvalorização e desvalorização da profissão”.

Sobre os trabalhadores rurais, o documento coloca que “apesar do enorme crescimento da massa de assalariados agrícolas, o contingente rural da classe operária continua submetido às concepções camponesas, em virtude deste processo de diferenciação ainda não ter alcançado uma geração inteira”.

Camadas médias

“Abarcando grupos sociais muito diferentes, as camadas médias urbanas — empregados, intelectuais, artesões, pequenos patrões — constituem formações sociais de transição entre o proletariado e a burguesia”, expõe o documento. Na intelectualidade brasileira, distinguem-se literatos e artistas, profissionais liberais e trabalhadores intelectuais, com a característica comum de que diminuiu o número de autônomos e aumentou o número de assalariados. “Estas transformações — continua — representaram o avanço de suas formas de organização e ação, com a nova intelectualidade representando um importante fator na democratização da vida cultural e política do País”. Salienta-se também que, em virtude do regime ditatorial, estes intelectuais perderam as ilusões sobre “liberdade de criação” e “independência intelectual”, surgindo em seu interior uma tendência pelo “avanço das opções revolucionárias e dos ideais do socialismo”. Alerta-se, porém, para as tendências “esquerdistas e reformistas, preconceitos anti-comunistas e anti-soviéticos”, revestidos de “crítica de esquerda”.

Sociedade Civil

O confronto entre a sociedade civil e o Estado brasileiro, está assim colocado: “De uma parte, as classes e camadas sociais dominantes procuram meios de controlá-lo e submetê-lo, enquanto que de outras as classes

subalternas desenvolvem projetos para sua transformação e, no limite, sua substituição”. Neste contexto, com suas determinações de classe, se desenvolve o movimento nacional da oposição política.

“A oposição burguesa busca liberar-se da tutela e da submissão ao Estado Ditatorial, entidades como OAB e ABI sustentam incansável luta contra o arbítrio, os partidos políticos de oposição possuem caráter de frente e a Igreja Católica, com lugar de destaque entre as comunidades religiosas, defende os direitos humanos e as reivindicações das camadas mais pobres da população”.

É porém, segundo o documento, o movimento de massas (sindicatos, associações de bairro e favela, organizações culturais, movimentos específicos de mulheres, estudantes, etc) que pode “questionar as bases estruturais da economia capitalista, o imperialismo e a exclusão, a ideologia e os valores burgueses, indicando os valores da democracia e do socialismo”.

Movimentos de massa

O movimento popular urbano manifesta-se especialmente ativo nas associações de bairro e favela: “lutando contra a especulação imobiliária, as péssimas condições de saneamento, o problema da violência e da insegurança civil, supera aos poucos seus problemas e obstáculos — da instrumentalização ao clientelismo, da manipulação ao cupulismo, encerrando um virtual traço de educação política das massas trabalhadoras”.

O movimento cultural “vem criando tendencialmente o conjunto de fatores capaz de liberar muitas das organizações e práticas culturais de alienação, do escapismo e da cooptação, do controle pelo estado ditatorial e pelos monopólios, implantado desde 64”.

Completando a análise dos movimentos de massa, o documento comenta ainda a importância e o avanço do movimento juvenil — estudantil em particular —, feminista, movimento negro, indígena e ecológico.

O SEMINÁRIO

O ASCENSO DA LUTA SINDICAL

No capítulo dedicado às transformações sociais, os documentos preparatórios do *Seminário* da VU analisa profundamente a questão sindical, destacando o fator da unidade como decisivo para o avanço da luta por novas conquistas para os trabalhadores. Para o campo, só há uma saída: a reforma agrária.

“As transformações ocorridas no proletariado refletem-se na conduta do movimento operário e sindical. Sua combatividade, peso e influência aumentaram na vida nacional. Mesmo nos anos do auge da repressão, os sindicatos jamais se limitaram puramente às reivindicações econômicas. Nos seus congressos, encontros e conferências, esboçaram um programa de luta democrática e anti-imperialista e desenvolveram a tendência à ação política. A luta dos trabalhadores contra a política do arrocho salarial, ferindo um ponto básico da política econômico-financeira do regime, exerceu a seu tempo, um importante papel político na luta contra a ditadura e o fascismo”, afirma-se nos documentos preparatórios do *Seminário* que, ao analisar as transformações sociais, dedica amplo espaço ao parágrafo “Movimento Sindical”.

Após destacar que estas lutas garantiram maiores espaços à luta pela democracia, o estudo diz que “as posições do movimento operário refletiram-se e refletem-se nos demais setores da população e levam-no já agora a desempenhar um importante papel na mobilização, dinamização e aglutinação do bloco de forças que se opõe à reação interna. Em sua atividade concreta, a classe operária se afirma como a mais consequente e radical na luta pela democracia e pelas modificações econômico-sociais exigidas pelo Brasil”.

Do campo salarial à clara dimensão política

“A reinserção da classe operária nos primeiros planos da vida política nacional — prossegue o documento —, operada a partir da inflexão de 1974, alcançou um novo patamar com as greves de 1978 que se desdobraram, até 1980, por todo o país, envolvendo categorias que jamais haviam chegado a esta forma de luta. Neste processo, a luta operária desbordou o campo puramente salarial e ganhou clara e consciente dimensão política, começando a articular a ação

dos operários industriais com a de empregados e de assalariados agrícolas. Simultaneamente, o movimento sindical consolidou-se mais, recuperando entidades em mãos de dirigentes acomodados ou pelegos e passando a contar, em 1980, com 4,2 milhões de sindicalizados na cidade e 6,9 milhões no campo”.

A partir destas lutas, surgiram novos dirigentes e combativos ativistas, mais preocupados com as bases, sua organização, unidade e mobilização. A análise em questão continua: “Questionou-se concretamente a estrutura sindical, afirmando-se uma maior democratização, tendendo-se a um sindicalismo vinculado às bases, mais autônomo em relação ao Estado e livre do burocratismo. A vida comprovou que, a partir das lutas pelas reivindicações mais sentidas, é possível utilizar os sindicatos, apesar de todas as limitações da atual estrutura, para impulsionar o combate dos trabalhadores, uma vez que se renova a vida dos sindicatos, rejeitando-se as concepções burocráticas e cupulistas, concentrando-se as reivindicações e as lutas nas bases, generalizando-se a batalha por uma nova estrutura, nascida e sustentada por elas”.

A unidade permitiu a realização da Conclat

De acordo com os documentos preparatórios do *Seminário*, a ascensão do movimento sindical criou melhores condições à luta pela unidade; os trabalhadores perceberam bem que o isolamento e as divisões favorecem o capital e o regime. “Em consequência, — acentua —, o processo unitário desenvolveu-se, reforçando-se a unidade sindical que, apesar de suas deficiências, tornou-se um elemento central das lutas dos principais sindicatos nos diversos Estados”.

Isso levou à Conclat, o histórico encontro da Praia Grande-SP analisado da seguinte forma:

“Essa acumulação de forças do movimento sindical e o avanço do processo unitário, calçados na consciência desenvolvida pela ascensão do movimento grevista e pelo seu refluxo, permitiram a realização da primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), o maior encontro em termos absolutos da história do sindicalismo brasileiro, reunindo mais de cinco mil delegados, representando cerca de

1.200 sindicatos urbanos e rurais. A Conclat aproximou ainda mais os trabalhadores urbanos e rurais, derrotou, naquele momento, às tentativas divisionistas e instrumentalizadoras, elaborou uma plataforma de luta, centrada nas questões políticas da luta pela democracia, lançou as bases para uma alternativa econômica e social para o país, criou um instrumento representativo de coordenação do movimento sindical nacionalmente (a Comissão Nacional Pró-CUT), e estabeleceu rumos para a estruturação da CUT e para o combate ao desemprego e à crise”.

O texto assinala, por outro lado, que os caminhos percorridos pelo movimento sindical reforçaram a presença dos trabalhadores na luta política. “Eles constituíram a base eleitoral principal da oposição em todos os pleitos, demonstrando ser a classe operária a força que mais efetivamente se opõe ao regime”.

“Até mesmo os empregados — diz o documento — inclinaram-se mais à vida política e viram modificadas, numa grande medida, as tendências anteriormente predominantes e que faziam deles base social e política de correntes reacionárias, como o lacerdismo, o udenismo e o janismo”.

Reforma agrária, necessidade do campo

Depois de destacar a combatividade dos bancários e dos servidores públicos — ao contrário do que ocorre com os comerciários e empregados de escritórios —, o documento discorre sobre a situação no campo brasileiro:

“Em consequência das transformações no campo e do estímulo das lutas dos trabalhadores rurais, bem como do trabalho da Igreja Católica (com as Pastorais da Terra), a consciência política daqueles elevou-se. A sindicalização rural alcança na atualidade cerca de 7 milhões de assalariados agrícolas e camponeses, organizados por quase 2.500 sindicatos, 22 federações e 1 Confederação (Contag). A unidade e combatividade e a integração com o movimento urbano, nas melhores e mais unitárias posições, caracterizam na atualidade o sindicalismo rural. Conforme a especificidade de cada região, ela pugna pela posse da terra ou por reivindicações relacionadas com o trabalho e com a liberdade de sindicalização e de atuação. A luta dos posseiros e camponeses em defesa de suas terras, principalmente na “fronteira agrícola”,

revigorou-se. A violência dos latifundiários e dos monopólios, apoiados nas forças de repressão do Estado, gera, em algumas regiões, a resistência armada, na forma de auto-defesa, generalizando-se conflitos que provocaram inúmeras prisões e mortes entre os trabalhadores. Os assalariados agrícolas imprimiram maior vigor também às suas lutas, inclusive através de greves. Entretanto, a reivindicação mais generalizada e sentida, a que ganhou maior amplitude e profundidade, tanto entre os camponeses como entre os assalariados agrícolas, é a da reforma agrária”.

Divisão, a tática da burguesia

Da mesma forma, o movimento sindical brasileiro fortaleceu-se ainda com a crescente atividade sindical dos trabalhadores intelectuais assalariados. Não sem antes criticar algumas tendências divisionistas, o estudo conclui sua análise do movimento sindical:

“A posição avançada do proletariado brasileiro determinou a intensificação dos esforços da burguesia para colocá-lo sob a sua direção política e ideológica. Antes de mais nada, esses esforços se dirigem à divisão do movimento sindical, ao estímulo ao sindicalismo de tipo norte-americano ou de feição social-democrata e à separação dos operários mais especializados dos ramos mais dinâmicos do restante dos trabalhadores. Simultaneamente, multiplica-se, no seio da classe operária e do movimento sindical, a ação das correntes esquerdistas que, em geral, se orientam por posições que não favorecem à unidade do proletariado e a sua necessária aliança com outras forças sociais. Do mesmo modo, as posições reformistas, não preocupadas efetivamente com a organização dos trabalhadores pela base e que combatem a mobilização do proletariado — através de suas formas de luta tradicionais contra o capital e o regime, a pretexto de não criar “tensões sociais” —, têm o fim de dividir a classe operária, desmobilizá-la e impedir que cumpra o seu papel. Esses fatores, ao lado de outros derivados das próprias modificações estruturais da classe operária, criam obstáculos à unidade do movimento operário e sindical, com repercussões negativas em todo o processo político de luta pela democracia e pelas transformações econômico-sociais de que necessita o país”.

O SEMINÁRIO

DEMOCRACIA É A SAÍDA DA CRISE

O ponto do temário que serviria como base para as discussões entre os convidados do **Seminário** da "Voz da Unidade", intitulado "As Transformações Econômicas no Brasil" reflete sobre as causas e efeitos da crise econômica brasileira na sociedade. Analisa os aspectos que poderiam contribuir para que se encontrasse uma saída para a sociedade brasileira, e propõe: "As indispensáveis transformações estruturais, somente serão possíveis com o estabelecimento das plenas liberdades democráticas que possibilitem o debate das questões econômicas por toda a sociedade brasileira, especialmente pela classe operária".

Segundo o estatuto econômico preparatório do **Seminário**, o governo optou por uma política econômica que trouxe como resultados o aumento do número de empresas imperialistas; o aumento da dívida interna e externa e da inflação; a ampliação da centralização do capital e da propriedade em geral; o aumento descontrolado da corrupção, do enriquecimento ilícito e do parasitismo; o desemprego; além de determinar a crise econômica e social.

Governo ficou incapacitado

A análise compõe-se de um amplo painel da realidade brasileira e se divide em 14 tópicos. Aponta alguns dados complementares: de 1963 para cá, a dívida global elevou-se de US\$ 3 bilhões para US\$ 80 bilhões. O pagamento de juros e amortizações absorveu cerca de 80% das exportações brasileiras. Após observar que o governo subestimou a gravidade e a duração da crise mundial, "incapacitando-o para combatê-la, ou no mínimo atenuá-la", o estudo declina mais números. "Em razão do não reconhecimento dos fatores internos, da crise e da subestimação, já em 1980 a inflação chegou a 110,2%, o déficit na balança comercial a US\$ 2,8 milhões".

De acordo com a visão revelada pelo texto preparatório, que já havia sido publicado nas "Teses pela Legalidade do PCB", a crise brasileira é de ordem estrutural, razão pela qual não há possibilidades de se estabilizar o país seguindo-se por esse caminho. Prosseguindo, o estudo ressalva que "isso não significa que o capitalismo brasileiro não esteja às vésperas do solapso, sem margem de manobra e de sobrevivência. Reformas e

medidas podem ser levadas a cabo, aliviando parcialmente as contradições atuantes, criando novos ciclos de expansão capitalista". E reafirma:

"A superação da crise estrutural só pode ser encaminhada através de transformações sócio-econômicas profundas, mediante uma política e um Estado comprometidos com a democracia e com os interesses populares".

Superexploração operária

O principal mecanismo acionado pelo governo para que se alcançassem os elevados índices de crescimento industrial obtidos no "milagre econômico" foi conseguido com a superexploração da classe operária e na redução da renda da maioria da população. Enfatiza o documento que esse processo foi efetivado com a aplicação do arrocho salarial, a inflação, os preços monopolistas, a política tributária, a política de subsídios e de crediário. E diz mais:

"O desenvolvimento externo desenfreado e submisso às imposições dos bancos internacionais, utilizados como principal meio de captação de recursos no exterior para a viabilização do modelo de desenvolvimento, foi outro fator de agravamento da crise estrutural da economia brasileira, convertendo-se, em seguida, num limite poderoso ao crescimento e em multiplicador da crise".

Afirma em outro trecho: "Toda a política de desenvolvimento industrializado e agrário, os mecanismos políticos e econômicos que se engendraram, o fascismo, a ditadura, as reformas realizadas, as instituições e os órgãos criados, os planos de desenvolvimento, orientaram-se a partir do golpe militar de 1964".

Distribuir de acordo com interesses americanos

"Buscaram assegurar o papel do Estado como mediador dos interesses reacionários e repressor das vozes contrárias, ampliando-se, ao mesmo tempo, a sua intervenção no sistema econômico para distribuir e redistribuir a renda nacional em favor daqueles interesses, presidido

pelos imperialistas — especialmente norte-americanos".

Essa foi, segundo análise do estudo que serviria de base para o **Seminário**, a forma de condução da modernização do capitalismo no Brasil, o que também forçou o surgimento do capitalismo monopolista do Estado. Desenvolveu e agravou a crise estrutural, "cuja primeira manifestação foi o fim do milagre econômico".

Outros elementos que influíram decisivamente para aprofundar a crise brasileira são arroladas no estudo. Além do endividamento externo, que hoje é aplicado apenas para cobrir os serviços da dívida, há as questões da dívida interna, "que por sua vez aprofundou a crise estrutural que vai arrastando o país para a crise fiscal e inflacionária, envolvendo Estado, empresas e consumidores". Explica o texto:

"Os subsídios repassados pelo Estado, que são extraídos do povo brasileiro, para os monopólios e o latifúndio, impulsionaram a especulação e o parasitismo. Somente-se a isso os efeitos sobre a inflação, a sangria das empresas e os consumidores, além de estreitar a base dos investimentos e as possibilidades de sua realização".

Reversão estratégica

A análise entende que houve uma distorção entre o avanço das transnacionais e os ramos relacionados com os bens duráveis de consumo e a construção civil, com os setores mais tradicionais. "Na política agrária — continua — o regime impôs uma reversão estratégica na direção da contra-reforma, e, inclusive, na orientação que, pelo menos teoricamente, preconizava no PAEG e que recomendava a democratização da propriedade. Esta modificação, com a criação de latifúndios gigantescos, representou uma mudança de qualidade na dominação do imperialismo, agora territorializando, e repartiu a Amazônia entre os latifundiários e os monopólios".

Essa política não atendeu à demanda de emprego do mercado regional de trabalho, de acordo com a conclusão do estudo. "A industrialização foi efetiva no Nordeste com tecnologias sofisticadas, por isso pouco alterou-se a estrutura social da região". Sublinha ainda, que "o modelo passou a apresentar no Nordeste, elementos de uma verdadeira economia de

enclave, responsável pela inchação do trabalho não absorvido no processo, e que é a maior parte da força de trabalho nordestina".

Também no Norte procedeu-se semelhante política. Diz o texto: "Através do SUDAM, tanto quanto a SUDENE no Nordeste, a escala de prioridades de investimento para a região emergiram em apoio a grandes projetos agro-pecuários e de exploração florestal, entre os quais o Projeto Jari, entregues a grupos monopolistas nacionais e estrangeiros e voltados para a exportação".

Com o advento da "crise sobre a crise" a partir de 1980, o país mergulhou na "estagnação e no acréscimo do desemprego, revelando a importância da política governamental". O estudo considera que o governo busca dissimular a intensidade da crise, limitando-a ao terreno das divisas. Adverte:

"Não estando portanto, voltada para uma reorientação real da economia e em transformações estruturais, procurando apenas uma arrumação do balanço de pagamentos para viabilizar as contas externas, só poderá provocar mais inflação, recessão e desemprego, exatamente porque expressa na conjuntura, os interesses dos bancos internacionais e nacionais e das transnacionais". As recentes negociações do Brasil com o FMI vêm comprovar essa tese.

Sem ilusões

A análise lembra que não pode haver ilusões para possíveis soluções da questão energética, no terreno da opção pelo álcool, "se mantida a política de favorecimento do transporte privado, não só em virtude dos custos econômicos e dos seus efeitos sobre a agricultura de alimentos, como pelo que representa de malbarateamento do trabalho social e do meio ambiente". E adiciona:

"Quanto à taxa de juros, força-se cada vez mais a sua subida, sempre com o pretexto de que é necessário colher mais empréstimos no exterior. O déficit público não se reduz porque não se modificam as prioridades dos investimentos públicos e dos subsídios, mantendo-se a execução de projetos inteiramente impróprios e ampliando-se o subsídio a transnacionais e grupos monopolistas brasileiros".

O SEMINÁRIO

A ESTRATÉGIA PARA MUDAR

Para os comunistas, somente a construção de uma nova sociedade pode realizar a emancipação econômica, social e política do povo brasileiro. No Seminário promovido pela **Voz da Unidade**, seria debatida uma estratégia política voltada para isso.

A atualidade do socialismo

Em todo o mundo, o capitalismo não oferece solução para os problemas essenciais da humanidade. Os elementos objetivos e subjetivos colocados pelo atual estágio do capitalismo, o imperialismo — que atestam a contradição entre as possibilidades colocadas pelo desenvolvimento das forças produtivas da sociedade e a realidade global (econômica, social, política e cultural) do capitalismo — comprovam, para os comunistas, a atualidade do socialismo.

Os comunistas, no Seminário, debateriam a atualidade do socialismo também no Brasil. Aqui, o desenvolvimento capitalista engendrou uma grave crise econômica e social e um quadro político opressivo, elitista e excludente, penetrado de instabilidade. O capitalismo não solucionou nenhum dos históricos problemas que afetam a vida da imensa maioria dos brasileiros.

Com base neste quadro, os comunistas analisariam a determinação incontornável da contradição fundamental da formação econômico-social brasileira — a contradição entre o caráter social da produção e a forma capitalista privada da apropriação, — posta mesmo pelo desenvolvimento capitalista e que torna o socialismo, no Brasil, uma necessidade objetiva, reforçada pelos processos que sacodem o sistema capitalista mundial.

A superação da contradição fundamental

Para a ultrapassagem do capitalismo no Brasil, os comunistas debateriam a exigência da remoção dos obstáculos que impedem o povo brasileiro de situar-se como o sujeito de seu processo histórico de resgate e libertação. No capitalismo brasileiro, em virtude de sua estrutura e estágio, no campo dos exploradores destacam-se o imperialismo — especialmente o norte-americano, — os monopólios e o latifúndio, articulados organicamente com o Estado. Eles são os principais exploradores e opressores não apenas do proletariado, mas ainda dos camponeses e das camadas médias

urbanas — isto é, do povo brasileiro — e oprimem inclusive a burguesia não monopolista.

Nestas condições, a contradição fundamental da sociedade brasileira — entre o capital e o trabalho — para resolver-se inteiramente, exige a derrota, pelo povo brasileiro (a classe operária, os camponeses e as camadas médias urbanas), da aliança do imperialismo — especialmente o norte-americano — com os seus sustentáculos, a reação interna, que domina a economia, a sociedade civil e o Estado. Esta aliança de forças reacionárias externas e internas é o principal obstáculo ao progresso social e a fonte principal de opressão política de nosso povo.

As transformações revolucionárias

Os comunistas debateriam as questões necessárias para a derrota desta aliança reacionária, o que requer a conquista do poder político pelo povo brasileiro e transformações radicais no sistema econômico, social e político do país, de caráter antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiário, capazes de suprimir os obstáculos históricos que impedem a transição para o socialismo, o progresso social e a democracia real.

O caminho da revolução brasileira, orientado para o socialismo, é, deste modo, **democrático e nacional** e o seu desenvolvimento e coroamento colocam no centro da atividade dos comunistas e da classe operária, a luta pela conquista e ampliação contínua da democracia e das transformações econômico-sociais necessárias à sua conquista, consolidação e avanço, na medida mesma em que o imperialismo e a reação interna, para garantirem sua dominação, concentram-se principalmente na supressão e restrição da democracia política.

A democracia de massas e o desenvolvimento independente

Seria examinada a necessidade de um regime político caracterizado pela democracia de massas, que o sustente para garantir um padrão de desenvolvimento econômico e social progressista. Uma concepção revolucionária consequente não empresta à democracia um significado apenas tático, mas estratégico! Os comunistas lutam para que o povo brasileiro conquiste o Estado, o poder político, mas também para que os cidadãos possam expressar as suas idéias e aspirações.

Transformando radicalmente o Estado, modificando o caráter e as funções das instituições estatais e conjugando-as com a rede de organizações de base, respeitadas em sua autonomia, a democracia de massas — organizada de baixo para cima — garantirá as alterações revolucionárias e a ultrapassagem do capitalismo. Os comunistas, todavia, não acreditam que a democracia de massas não se conquistará e nem se transformará em democracia socialista se não implicar em transformações econômicas e sociais. As transformações democráticas e nacionais, além da liquidação do domínio imperialista e monopolista, da realização de uma reforma agrária que extinga o latifúndio e o poder dos monopólios no campo, reservam ao setor estatal da economia um papel importante: a função de núcleo mais dinâmico e acelerador da economia e que facilitará a ultrapassagem do capitalismo pelo caminho do desenvolvimento independente, democrático e progressista, centrado no impulsionamento das forças produtivas nacionais e no atendimento das necessidades populares.

A questão da paz e a política externa

O desenvolvimento do processo revolucionário brasileiro, a sua vitória e consolidação dependerão da manutenção da paz no mundo. É tendo em conta essa questão que os comunistas debateriam a necessidade da luta por uma política externa contrária à guerra, à corrida armamentista, de não alinhamento e a favor do desarmamento e da coexistência pacífica. Estes objetivos impõem a defesa de soluções negociadas para todos os problemas internacionais, os princípios de não intervenção e de auto-determinação, o combate intransigente ao colonialismo e ao racismo, o empenho por uma nova ordem econômica internacional, a solidariedade militante a todos os que lutam contra o imperialismo.

Revolução e insurreição

Nas condições atuais, existe a possibilidade real de o processo revolucionário brasileiro atingir os seus objetivos por caminhos que excluam a luta armada, a insurreição e a guerra civil.

Empenhando-se para que esta possibilidade se materialize, pois é mais favorável aos trabalhadores, os comunistas levam em conta que a escolha dos meios para libertar o país e transformar a sociedade brasileira não depende exclusivamente do proletariado e dos seus aliados, o que lhes

impõe a necessidade de dominar todas as formas de luta.

A questão democrática

O avanço do processo brasileiro exige a mais ampla democracia política. A luta por um Estado democrático, capaz de erradicar da nossa sociedade a tradição autoritária, elitista e excludente e em cujos quadros seja possível acumular forças e avançar no rumo das transformações revolucionárias, constitui o aspecto modular da incorporação ao processo revolucionário, da massa de milhões e milhões de trabalhadores bem como de uma estreita aliança das demais classes e camadas oprimidas e exploradas com a classe operária.

O bloco de forças democrático e nacional

As forças sociais capazes de promover as transformações democráticas e nacionais são o proletariado e seus aliados revolucionários fundamentais — os camponeses e as camadas médias urbanas — e que, historicamente, vem contando com uma certa participação de setores da burguesia brasileira em lutas de caráter democrático e nacional. A hegemonia da classe operária, entretanto, é a condição básica de transição para o socialismo. Para o cumprimento dessas tarefas, os comunistas discutirão a formação de um bloco histórico na vida brasileira, um bloco antiimperialista, antimonopolista, antilatifundiário, democrático e nacional.

A construção da hegemonia do proletariado

Da centralidade da classe operária na revolução brasileira e na questão democrática em seu conjunto derivam a importância e a magnitude das tarefas que cabem aos comunistas. A hegemonia do proletariado constroi-se em todos os nexos, níveis e canais de luta que penetram e articulam o tecido social e é inseparável do papel dirigente, organizador e educador dos comunistas. O empenho para organizar, unir, educar e dirigir a classe operária é a primeira condição para que esta alcance sua hegemonia e centralize o bloco de forças democrático e nacional, que precisa formar e desenvolver.

O SEMINÁRIO

A ALTERNATIVA DEMOCRÁTICA

Ao analisar a nova situação política no país após as eleições de 15 de novembro, um dos documentos do **Seminário** precisou o comportamento do regime e suas diversas frações, as diferentes propostas que convivem no seio da frente oposicionista e o programa para unificá-la na luta pela conquista da democracia.

“Os resultados das eleições de novembro foram nítidas: o regime foi batido. Mas isto não quer dizer que ele, em declínio histórico, já esteja derrotado. O eixo da vida política nacional continua a repousar na luta entre o projeto de auto-reforma do regime — que pretende legitimar o autoritarismo — e o da sua substituição por um outro democrático, defendido pelas forças oposicionistas. As oposições avançaram em suas posições e venceram no espaço social e político fundamental do país, aquele em que a classe operária tem o essencial de seu peso e da sua influência. Deste modo, as forças vivas da sociedade brasileira reafirmaram vigorosamente sua recusa à tutela.

“Os termos do embate já não são os mesmos, reduzindo-se sensivelmente a chance dos recursos ao puro arbítrio. Entretanto, apesar de um maior estreitamento em suas possibilidades, o regime continuará lutando para impor o seu projeto. Com esse fim, procurará manipular as divisões da frente democrática, forçando cisões e integrando seus componentes mais débeis. Na mesma estratégia, tentará restringir o alcance das vitórias democráticas e seus setores mais reacionários continuarão investindo na regressão política.”

As diferenças no seio da frente democrática

Constatando que a antiga unidade das correntes oposicionistas tinha base no caráter militar-fascista do regime, na existência de um partido único oposicionista, o documento analisa as divergências surgidas após a superação destes dois aspectos na cena política nacional:

“A maior parte das forças oposicionistas continua a sustentar a bandeira da luta pela derrota do regime atual e sua substituição por um regime democrático, pela via da convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Outras forças, entretanto, furtam-se claramente a esse compromisso. Organizadas principalmente no PTB, PDT e PT, preocupam-se exclusivamente com a conquista de espaços próprios nas instituições e nos movimentos de massas. Além disso, sobretudo durante a campanha eleitoral, concentraram seus ataques contra o PMDB e desenvolveram planos para dividi-lo. Mas também no PMDB algumas correntes, em comum com

setores empresariais, pretendem apenas reformar o regime atual, no sentido do liberalismo e através da negociação com as forças governamentais, por considerarem basicamente alcançada a democratização do país.

“Essas diferenças de enfoque político têm sua correspondência na conceituação da frente de forças que corresponderia às necessidades do atual período do processo político brasileiro. Enquanto a maior parte das forças oposicionistas, entre as quais se encontra a maioria do PMDB, continua a defender uma ampla frente democrática, para levar a cabo a transição para a democracia, outros setores tendem a uma proposta de frente nacionalista ou de esquerda. Ademais, há os que pretendem uma frente apenas liberal e que restrinja ou exclua a presença das forças de esquerda.”

As divisões no interior do regime

Ao lado da análise dos elementos problemáticos para o avanço da frente democrática, o documento aponta o crescimento das cisões entre as fileiras governistas: “Entre elas, tende a alargar-se a brecha entre os que continuam a apoiar a estratégia do governo e os que se aproximam de proposições da oposição, além dos que a estas se opõem, por considerarem exageradas as concessões, que estariam estimulando a ascensão do movimento democrático e alargando os riscos de uma derrota completa do regime”.

O fortalecimento da frente democrática

A atualidade da política de unidade democrática, lutando contra as tentativas de consolidação e ampliação das fraturas existentes no seio da frente oposicionista promovidas pelo regime foi demonstrada nas recentes eleições, que consagraram o **voto democrático útil**.

“Existem, portanto, as condições para o avanço da frente democrática”, afirma o documento, que ressalta o novo quadro diante do qual ela se posta: “Os mecanismos de articulação e ação da frente democrática tornaram-se mais complexos e numerosos. Além da existência de vários partidos oposicionistas, a oposição será maioritária na Câmara dos Deputados, em onze Assembleias Legislativas e em inúmeras Câmaras de Vereadores, incluindo-se a quase totalidade das capitais dos Estados. A oposição conquistou os governos estaduais mais importantes do país e dos mais significativos municípios, onde houve eleições para a prefeitura.”

Nesse novo quadro, ressalta-se o fortalecimento do PMDB, “como o eixo partidário da frente democrática. Esta não se reduz ao maior partido oposicionista, mas o inclui obrigatoriamente, com todos os seus segmentos. Mantendo seu caráter frentista e seu programa, ele poderá impulsionar as demais forças oposicionistas à unidade. Nesta perspectiva, coloca-se a questão da reformulação do quadro partidário: qualquer reforma que não assente na mais completa liberdade de organização política e coligação eleitoral será mais um artifício divisionista.

“Enquanto se mantiver o regime, seja qual for o quadro partidário, a frente democrática estará na ordem do dia, como o compreendeu a maioria do eleitorado (grifo da redação). E as forças democráticas, guardando as suas identidades, poderão superar a estratégia do regime, articulando a unidade contra ele. Neste sentido, não podemos esquecer que o impulso, fortalecimento e renovação da esquerda brasileira somente podem ocorrer à base de uma firme ação para unir todas as forças democráticas. À margem da frente democrática e, sobretudo contra ela, as esquerdas brasileiras não alcançarão êxito”.

Novas e difíceis tarefas dos democratas

Assegurar a posse de todos os eleitos, eis o primeiro objetivo. O documento assinala porém, que para ser exitosa, essa primeira tarefa, assim como o conjunto da missão oposicionista terá que aliar a unidade das oposições à “vinculação entre a sua representação e os movimentos sociais, particularmente o movimento operário e sindical”.

“No plano institucional, as oposições têm uma enorme responsabilidade. Não será fácil implementar administrações que contemplem as expectativas populares. O caminho mais correto para vencer este desafio é a via democrática: incorporar aos governos da oposição todos os partidos e forças democráticas, de molde a construir um arco sócio-político apto a modificar positivamente a gestão pública e resistir à pressão do regime.”

Articulação firme das forças oposicionistas contra o projeto de auto-reforma do regime e contra as regressões políticas, realizar a coalizão democrática no plano institucional e no movimento de massas para resistir ao regime e avançar rumo à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, eis as questões principais apontadas pelo documento.

Alternativa democrática: Constituinte e programa

“Em face do regime e do seu Estado,

cujas evidências mais flagrantes se resumem na feição de seu Executivo central, os comunistas defendem a imediata democratização do país, com a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana”, afirma o documento em capítulo dedicado ao programa que deve abraçar a frente democrática para superação do impasse político, econômico e social do país.

“Pensamos que a elaboração de um programa comum da oposição pode ser realizada democraticamente, com ampla participação de representantes de todas as camadas e movimentos do povo brasileiro. Ele deve incluir as questões que já são de consenso nacional, entre as quais figuram: eleições diretas em todos os níveis e restabelecimento das prerrogativas do Poder Judiciário e do Poder Legislativo; uma legislação político-partidária verdadeiramente democrática, que respeite a liberdade de organização de todas as correntes de pensamento e ação, inclusive, naturalmente, os comunistas; a eliminação dos casuísmos e dos dispositivos anti-democráticos que restringem a elegibilidade dos cidadãos; a revogação de toda a legislação anti-democrática criada pelo regime; o rigoroso cumprimento de todos os calendários eleitorais; o fim da política repressiva, com a revogação das atuais Lei de Segurança Nacional, de Imprensa, e demais instrumentos de exceção, suprimindo-se os organismos de repressão política; extensão do voto aos analfabetos e praças de pré; a garantia de uma organização sindical livre da tutela do Estado; a garantia da autonomia e da unicidade sindicais, bem como ao pleno exercício do direito de greve; a democratização da legislação trabalhista; uma política de emprego que atenda aos assalariados e a garantia de estabilidade no emprego, combinada com a manutenção do FGTS, modificado para atender aos interesses dos trabalhadores; uma justa política de distribuição de rendas e salarial, capaz de defender os salários contra a inflação; a renegociação global da dívida externa; uma política econômico-financeira que elimine os privilégios aos monopólios, aos bancos, às transnacionais e ao latifúndio, visando o fortalecimento do mercado interno; aplicação do Estatuto da Terra e realização de uma reforma agrária que efetivamente dê terra aos que nela queiram trabalhar, às custas dos latifúndios com terras ociosas ou baseados em métodos de produção extensivos; restabelecimento da Federação e da autonomia dos municípios, acompanhados de uma reforma tributária que garanta aos Estados e Municípios uma efetiva autonomia; revogação imediata da intervenção federal nos municípios considerados áreas de segurança nacional e suspensão da nomeação, pelo governo

O SEMINÁRIO

federal, de titulares para secretarias e órgãos das administrações estaduais e municipais; política externa de não-alinhamento e em defesa dos interesses nacionais, a favor da paz e de uma nova ordem econômica internacional, calcada no direito de auto-determinação e na ampliação de relações diplomáticas, comerciais e culturais com todos os países do mundo; convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, livremente eleita e soberana em suas decisões.”

A reorientação do modelo econômico

“Articulada em torno das liberdades democráticas e centrada na convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a alternativa democrática — a ser expressa no programa comum das forças democráticas —, enfrentando um conjunto de questões econômicas e sociais imediatas (a dívida externa, a inflação, o desemprego, a defesa dos salários e a concentração da propriedade e da renda), deve abranger a reorientação do desenvolvimento de forma a atender aos interesses comuns das diversas classes e camadas sociais que lutam pela democracia e retirar a economia nacional da crise.

“Este programa, cuja definição só poderá resultar do acordo entre os diversos movimentos, partidos e organizações representativas que se incluem nas forças que combatem o regime, deve ser

extraído da própria prática da resistência democrática.

“Ele deverá enfrentar os problemas institucionais capazes de garantir a sua execução, a reorientação técnica e espacial da economia e os relacionados com a ação do Estado na vida econômica.

“Qualquer alternativa democrática à presente situação precisará contar com um governo que disponha de grande apoio na sociedade, isto é, um **governo de ampla coalizão democrática** e que expresse o acordo de todas as forças nacionais interessadas na democracia e na superação da crise econômica. A democratização da administração pública em todos os níveis é um imperativo, bem como a participação das entidades representativas dos diversos segmentos da população na formulação, controle e execução das medidas econômico-sociais. A reorientação da economia e a mobilização dos recursos necessários, o seu controle e execução somente responderão aos interesses populares e nacionais, somente encontrarão apoio social — ainda mais tendo em conta a real gravidade dos problemas a enfrentar — restabelecendo-se efetivamente as prerrogativas do Congresso Nacional e do Poder Judiciário, a autonomia dos Estados e Municípios, os princípios da Federação e calçando as administrações com o respaldo popular. O Congresso Nacional não pode ser afastado da elaboração e aprovação do plano de desenvolvimento e do seu controle, do mesmo modo como as

entidades representativas dos diversos segmentos sociais.”

Melhorias concretas no nível de vida

“Centrada imediatamente na solução da crise do balanço de pagamentos, imposta pela dívida externa e suas condições imperialistas, na radical redução da inflação, na liquidação do desemprego, na defesa dos salários e na desconcentração da propriedade e da renda, a alternativa democrática precisará modificar a estrutura técnica e espacial da economia, modificando a correlação entre suas esferas e ramos e as suas prioridades, reorientando-as social e politicamente, tendo por eixo o mercado interno. Neste sentido, precisará modificar o conteúdo e a estrutura da administração pública, na perspectiva da democracia, dos interesses populares e nacionais. Dirigida contra os privilégios do imperialismo, das transnacionais, dos bancos e demais monopólios e do latifúndio, para a penalização dos mesmos, das rendas parasitárias e à base de uma política de austeridade, deverá mobilizar os recursos necessários ao desenvolvimento, realizar a reforma tributária e eliminar o déficit público, modificando inclusive a política de endividamento público interno, estruturada para repassar a renda nacional para os privilegiados. Orientada para a construção da infraestrutura adequada ao desenvolvimento

social, para as condições de vida da massa da população e para a preservação do meio ambiente, a alternativa democrática precisará estabelecer uma nova política industrial e tecnológica, uma nova política agrícola, de transportes e energética e para o comércio e os serviços, uma nova política monetária, bancária e cambial, enfrentar os problemas do emprego, da saúde, da alimentação, da habitação e uso do solo, bem como as questões da qualidade da vida, da criminalidade e da segurança social, da poluição do meio ambiente. Deverá garantir uma política salarial que efetivamente defenda os salários da inflação e assegure aos assalariados melhorias concretas no seu nível de vida.

“Presidida pelos objetivos da democracia e de uma vida melhor, a alternativa democrática somente vingará se dirigida contra os privilégios apontados e a favor do mundo do trabalho e da cultura e dos empresários pequenos e médios, nas cidades e nos campos, e se for capaz de reforçar o mercado interno, o parque industrial brasileiro, incrementar efetivamente a agricultura, modificar as funções do setor estatal e do sistema financeiro e as relações de troca e financeiras do país com o exterior, reduzindo a dependência tecnológica, as importações e as taxas de juros internas, estimulando as exportações à base dos ganhos de produtividade e não de subsídios e marchando para eliminar a correção monetária, a indexação, e os subsídios que favorecem o grande capital e o latifúndio.”



PCB

1922 1982

MEMÓRIA
FOTOGRAFICA

brasileira
B

Você não pode perder

A mais completa obra histórico-fotográfica dos últimos 60 anos da vida política brasileira. Em todas as livrarias.

O SEMINÁRIO

A PARTICIPAÇÃO DOS COMUNISTAS AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL

A necessidade da legalização do PCB também seria um dos assuntos de relevo do seminário da "Voz". Os textos que seriam analisados pelos participantes do encontro reafirmam a necessidade de uma política autônoma do proletariado e de um partido proletário capaz de oferecer ao conjunto da sociedade alternativas para a superação dos grandes problemas nacionais.

Neste sentido, a trajetória dos comunistas, nos últimos anos, demonstra a sua vitalidade, seu profundo enraizamento na sociedade brasileira e sua maturidade. Particular avanço neste sentido foi obtido a partir dos debates de 1956/1957 e da **Declaração de Março** de 1958.

A **Declaração de Março**, ao colocar como agente principal da revolução brasileira a ação consciente e organizada das massas, e como centro da política dos comunistas, a conquista da democracia, ao formular uma linha política com base na realidade nacional e não na cópia de "modelos", contrapôs-se irreconciliavelmente ao golpismo e ao sectarismo e conferiu um vigoroso impulso à luta para romper com o dogmatismo.

Ainda persistem debilidades.

Apesar destes avanços, persistem, entretanto, entre os comunistas, fortes debilidades no domínio sobre a teoria marxista-leninista, e no conhecimento sobre a realidade brasileira. Identificam os comunistas como a principal fonte da persistência desta debilidade, o dogmatismo. Este se expressa na tendência à cópia de orientações políticas de outros partidos, na tentativa de enquadrar a realidade brasileira em esquemas e teorias elaborados a partir da experiência de outros povos e outros países.

Estes traços negativos têm sua causa básica na constituição da sociedade brasileira, com suas implicações na formação sócio-cultural da nação — refletindo-se entre os comunistas. Provocam o embotamento do pensamento político, a existência de falsos monolismos, o despreparo para a polêmica.

A vida política do país flui no sentido da mudança do atual regime por outro que favoreça a reorganização democrática da sociedade.

Este fato deriva também da atividade persistente e continuada por mais de meio século. Ao longo deste período da História do Brasil, nunca deixaram os comunistas de lutar pela legalidade de seu partido, pedra-de-toque do processo democrático brasileiro. Não haverá democracia neste país sem a participação da organização legal dos comunistas, sem que possam atuar publicamente, terem sedes abertas, imprensa legal, dirigentes e militantes à luz do dia.

A conjuntura atual e a legalidade do PCB

A história do PCB está intimamente entrelaçada com os grandes movimentos democráticos e progressistas ocorridos nas últimas décadas em nosso país. Os comunistas colocaram-se entre os primeiros que entenderam e sustentaram, ainda nos anos 30, as campanhas pela pesquisa e exploração do petróleo, pela instalação da siderurgia moderna e pela industrialização. Demonstraram nesta mesma época, que o avanço econômico, social e político do Brasil não se daria de modo rápido, independente e de forma a traduzir-se em substancial melhoria das condições de vida dos trabalhadores, se não se processasse liquidando o domínio imperialista e realizando uma reforma agrária radical.

O PCB foi a primeira instituição a desmascarar, em nosso país, o caráter reacionário e agressivo do fascismo e a apontar o perigo de uma nova guerra mundial que se criava com a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha. Esta posição dos comunistas teve seu prosseguimento natural na campanha patriótica e democrática em que se empenharam nos anos de 1942 a 1945, pela unidade das forças anti-fascistas para o reforço da guerra contra os países do Eixo e apoio popular à FEB.

As amplas campanhas em torno dos

grandes temas de interesse nacional, que se desenvolveram no país no pós guerra, tiveram nos comunistas, os batalhadores mais entusiastas e consequentes. Não por acaso, a propaganda imperialista e reacionária se esforçou — e até hoje continua a fazê-lo — por qualificar de "comunistas", campanhas democráticas e patrióticas que mobilizaram setores sociais e políticos tão numerosos, como a campanha pelo monopólio estatal do petróleo e de outros recursos minerais estratégicos, a campanha pela paz, contra as ameaças de uma terceira guerra e contra as armas atômicas. Isto além da luta contra os blocos militares reacionários e pela garantia das liberdades políticas no país, entre tantas outras.

O direito à existência legal

Fundado há sessenta anos, desde 1922 o PCB fez ininterrupta a sua ação na vida política nacional, a despeito das perseguições de toda ordem de que sempre foi alvo. Esta sua vitalidade e solidez decorre de sua vinculação com os interesses mais profundos de nosso povo e de todos os explorados de nossa terra. Ela se deve, igualmente, ao heroísmo de seus quadros e militantes que, mesmo nos momentos mais difíceis, jamais recolheram a sua bandeira e sempre souberam erguê-la quando o partido parecia liquidado.

Os comunistas, como corrente política e ideológica e como organização de fato, constituem, assim, parte integrante e necessária da vida política nacional e expressam o pensamento e as aspirações políticas e sociais de um numeroso contingente da sociedade brasileira, principalmente da classe operária. "Temos, por isso, o direito à existência legal como partido político e reivindicamos o reconhecimento formal deste direito".

O saldo histórico da atividade dos

comunistas mostra qual o partido que queremos construir. Ele será o resultado da ação criadora dos comunistas junto às massas, especialmente à classe operária, baseada sobre uma profunda reflexão sobre suas atividades na vida política nacional. Esta ação, cujo objetivo é o socialismo, visa o fortalecimento da convivência democrática entre as diversas correntes de pensamento, o reforço da sociedade civil, o funcionamento pleno do pluralismo partidário, o respeito à vigência dos direitos fundamentais do homem.

Um partido pela paz, democracia e socialismo

Alicerçados nesta ação, os comunistas batalharão pela construção do partido da classe operária — um partido democrático e de massas, capaz de absorver em suas fileiras, os elementos de todas as classes e camadas sociais que se batem pelas liberdades democráticas, pela liquidação da dependência ao imperialismo e pela extinção do monopólio oligárquico da terra como o caminho para a conquista do socialismo no Brasil. Deste modo, sustentam a luta por um partido profundamente nacional, democrático e internacionalista, que se solidariza com todos que combatem, em todo o mundo, pela paz, pela democracia, pelo progresso social e pelo socialismo. Um partido, enfim, que adota o marxismo-leninismo como instrumento de análise da realidade.

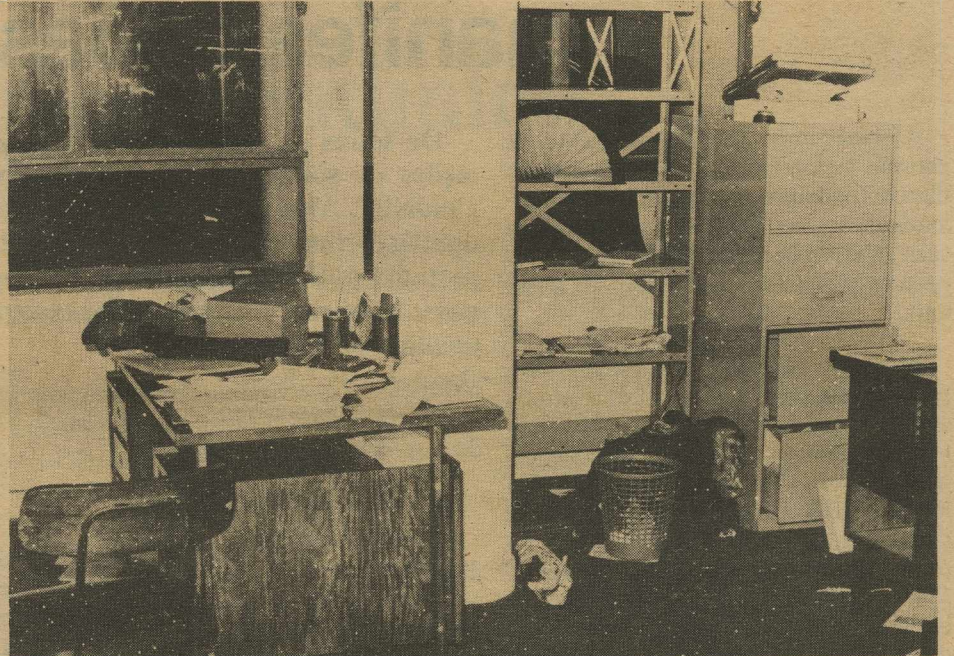
Deve ser estruturado como um sistema de organizações e não de pessoas, o que expressa o "culto à personalidade" ou a tradição caudilhesca existentes no país. Deve ser um sistema de organizações no qual todas elas, bem como seus dirigentes e militantes, colocados em plano horizontal, tenham a diferenciá-los o grau de responsabilidades e não de direitos e deveres distintos.

A polícia federal na redação da VU



Fotos: Angelo José Perosa

A polícia aguardando o embarque de todos os participantes do Seminário para depois subirem e depredarem a sede do Jornal.



A administração da Editora já durante a noite, após a liberação do local: prateleiras limpas.



Não sobrou nenhuma foto dos arquivos da VU.



A repressão policial que atacou a VU.

No dia 13 de dezembro, às nove horas da manhã, nas instalações da **Voz da Unidade**, abriam-se os trabalhos de um seminário nacional sobre "A Questão Comunista no Brasil", promovido por nós.

Menos de uma hora depois, algumas dezenas de agentes da Polícia Federal, tendo cercado todo o prédio e emudecidos os nossos telefones, invadiam, com violência inusitada, as nossas dependências — o 20.º e o 21.º andares do Edifício Thomas Edison, na Praça D. José Gaspar, 30 — onde funciona a nossa casa editora, a **Novos Rumos** (ex-Editora **Juruá**).

Chegam os policiais

O relógio marcava nove horas e cinquenta minutos. No 21.º andar, funcionários e colaboradores da **Novos Rumos** iniciavam as suas tarefas de rotina. No 20.º, na redação da **VU**, dava-se prosseguimento à programação editorial e, no auditório anexo, cerca de 70 pessoas iniciavam a sessão de abertura do seminário.

De repente, os dois andares são tomados de assalto por um número indeterminado de homens (a maioria, jovens bem apessoados) que, portando revólveres e metralhadoras, berravam ameaças: "Quem se mexer, morre!" — "Imóveis todos!" — "Quem reagir leva bala!". Os presentes, calmos (inclusive porque não estão infringindo lei alguma), obedecem.

Brutalmente, são postos de joelhos no chão, com as mãos sobre a cabeça. Aparece então um homem mais maduro que esclarece (!), brandindo um 38:

"É a Polícia Federal! Não se preocupem! Conosco não haverá subterrâneos!" Pelo menos, ele admitiu que já houve subterrâneos — os tempos da tortura e dos assassinatos.

A violência

Em fila indiana, com as mãos na cabeça, os presentes são levados aos elevadores. Aparecem aí os comandantes da operação repressiva: também jovens, armados e muito bem vestidos, utilizam **walkie-talkies**, comunicando-se em código ("Alfa-4" para "Alfa-5") com o exterior do prédio.

A gritaria dos policiais prossegue. E há violência aberta: vários presentes são algemados, agarrados, empurrados.

Os quatro elevadores do prédio passam a funcionar exclusivamente para a evacuação dos 20.º e 21.º andares (embora tenham sido feitas prisões nos corredores, escadas e imediações do edifício).

No **hall** do prédio, policiais fardados. Na praça, a multidão observa, em silêncio. A fila indiana avança para um ônibus, curiosamente de "turismo".

Às onze horas e trinta minutos, os primeiros cidadãos presos chegam ao edifício da Superintendência da Polícia Federal.

Um balanço

Além das quase noventa prisões, a invasão das nossas instalações deixa um saldo que assinala a natureza da operação repressiva de que fomos vítimas.

Ao final da tarde, as nossas dependências nos foram devolvidas. Pudemos constatar a eficiência e

a metodologia dos policiais: gavetas de três escrivaninhas foram arrombadas; todo o arquivo fotográfico da **VU** desapareceu, assim como os arquivos contábeis das editoras **Juruá** e **Novos Rumos**; documentos das duas empresas (CGC, contratos sociais e inscrição estadual) sumiram; cerca de 400.000 cruzeiros da caixa da editora evaporaram; e não se encontrou mais a relação dos assinantes e distribuidores do nosso semanário.

No 21.º andar, os policiais apreenderam correspondência, jornais, revistas e livros, além de revirar tudo.

De nosso auditório, levaram os documentos do seminário, o "perigoso material subversivo" de que publicamos extratos nesta edição.

A violência policial

O aspecto desolador que a redação da **VU** apresentava, lembrando, quando a recebemos, um campo de guerra, não dá, porém, a imagem exata da violência praticada.

Somente quem viveu os momentos da invasão, pela manhã, pode retratar o clima de que se revestiu a operação policial. Não se trata, apenas, da arbitrariedade cometida: trata-se, ainda, da forma como a operação foi conduzida.

Um só exemplo basta para ilustrá-la: num escritório comercial que funciona ao lado da **Novos Rumos**, no 21.º andar, os trabalhadores pensaram que tudo não passava de um assalto levado a cabo por meliantes, e chegaram a telefonar para a polícia...

Unidade nas manifestações de solidariedade

A grande imprensa viveu momentos de enorme lucidez, no dia do atentado ao direito fundamental dos cidadãos brasileiros de seu reunirem e opinarem sobre suas vidas e a de todo povo brasileiro. Tal postura se manteve no dia seguinte a este fato.

Enquanto um jornal de S. Paulo estampava dia 14, em letras garrafais o fato da prisão de quase uma centena de integrantes do **Seminário** promovido por este jornal, ao mesmo tempo interpretava a violência policial como um ato de agressão à direção do PCB. Não por desrespeito ao projeto **Seminário** — o que iniciava com o avançar da manhã do dia 13 — mas por declaração de voto democrático: contra a discriminação a brasileiros que pretendiam discutir a questão comunista no Brasil.

A Lei de Segurança

A grande imprensa evoluiu nos últimos anos, maduramente, a ponto de não se prestar a provocações, pura e simples, ao regime da Lei de Segurança Nacional em vigor que, longe disso, manifesta às claras toda sua debilidade. Seu ato, sua prática — a da imprensa — foi a de trazer à memória nacional a questão comunista, que é real e objetiva. E o fato destacado foi, antes de tudo, o de que em país onde impera a democracia os partidos, **todos os partidos**, são iguais perante a nação. O mais, foi séria cobertura jornalística, profissional e honesta. Isto, tanto no que diz respeito à imprensa escrita como a falada e televisiva.

Assim, destacaram a nota oficial da polícia federal e da mesma forma a do governador eleito de São Paulo, Franco Montoro. Esta última merece o nosso destaque. Diz: "O direito da reunião é considerado pela Constituição e pela Declaração Universal dos Direitos do Homem. Qualquer violação desse direito merece a desaprovação dos democratas. Principalmente quando ela é praticada em nome de uma Lei de Segurança Nacional autoritária e defasada em relação ao momento

De todos os setores da sociedade civil brasileira partiram manifestações de solidariedade aos participantes do Seminário da "Voz da Unidade". Ato público, notas e manifestações de apoio à liberdade de opinião foram realizadas e distribuídas por entidades civis, sindicatos e partidos políticos da oposição. O repúdio foi geral, mostrando que o povo brasileiro não vai descansar enquanto não conquistar definitivamente a democracia.

histórico em que vivemos, conforme tem sido reconhecido inclusive por Ministros do Supremo Tribunal Militar".

Outras manifestações

Nada mais clara e afirmativa como essa disposição do futuro governo que virá, por esforço e luta de todos os cidadãos que compareceram dia 15 de novembro para o ato do voto universal.

Houve mais. Francisco Pinto, secretário-geral do PMDB manifestou sua revolta pelo escândalo promovido pela polícia federal, no uso do poder da Lei de Segurança Nacional. Odacir Klein — líder do PMDB na Câmara dos Deputados — repudiou a discriminação ideológica praticada pelo "regime de opressão", onde "pessoas são presas por terem posição ideológica".

Ulysses Guimarães — presidente nacional do PMDB — e Mário Covas — presidente regional do mesmo partido em São Paulo — declararam em nota oficial que: "acompanharão os desdobramentos do caso, visando a defender as liberdades democráticas".

Juntos ao cordão de isolamento que cercava as ruas onde se localiza a Polícia Federal, Luís Inácio Lula da Silva e Eduardo Matarazzo Suplicy, em nome da direção nacional do PT e da bancada parlamentar eleita posicionavam-se, aos gritos, para serem ouvidos pelos detidos: "companheiros, estamos com vocês, nós nos solidarizamos com todos".

Na Assembléia Legislativa o líder do PT, Marco Aurélio Ribeiro, da Tribuna afirmava: "Enquanto o FMI invade o país para impor suas regras econômicas ao Bra-

sil, nossas autoridades, em nome da segurança nacional, estão preocupadas apenas em cercear o direito de organização do povo brasileiro".

Além de todos, Djalma Bom, presidente do PT em São Paulo, em nome da direção nacional declarou: "Absolutamente solidário com os companheiros do PCB, o Partido dos Trabalhadores reafirma sua posição de defesa da absoluta liberdade de organização partidária e sindical..." Referia-se ao fato de que o único recurso ao qual a polícia federal do regime se apegou foi a Lei de Segurança Nacional.

Merecem menção as notas do presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Bernardo, Jair Antonio Meneguelli, do presidente da ABI — representação em São Paulo — Gabriel Romeiro, de Orlando Thomé Cordeiro, secretário geral da UNE. Este último, de Brasília, contou a redação deste jornal, transmitindo a mensagem da direção nacional de sua entidade. Esta trazia as bandeiras da UNE, que sempre lutou pela democracia e que vêm a público reafirmar sua posição de defesa irrestrita da liberdade de expressão, da solidariedade integral aos companheiros presos e de disposição em se integrar na luta de todos pelo fim do regime da segurança nacional.

Na Universidade Nacional de Brasília houve ato de repúdio, nas instalações do restaurante universitário.

Outras entidades

A ANDES (Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior), a ADUNICAMP (Associação dos Docentes da

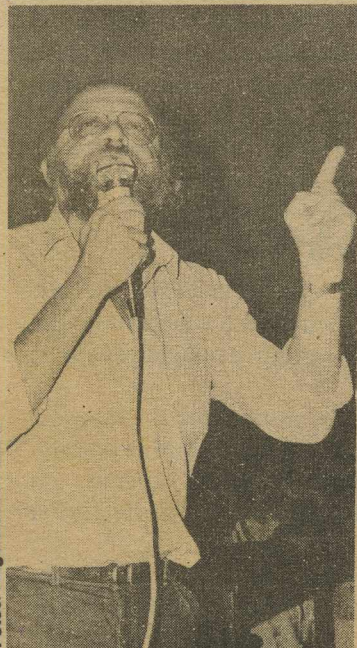
Universidade de Campinas) e a Associação dos Docentes da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (ADUNESP) lançaram nota condenando o que classificam como um "grave atentado contra a liberdade de pensamento e organização partidária cometido pelo regime militar ao prender arbitrariamente os participantes de Encontro que se realizava na sede do jornal "Voz da Unidade".

O Sindicato dos Médicos de São Paulo expressou seu repúdio à proibição imposta pelas autoridades em permitir os "cuidados médicos necessários por médicos particulares dos detidos". A entidade reivindica ainda que os presos recebam toda a assistência médica que necessitarem, "em nome dos mais elementares direitos de qualquer cidadão brasileiro".

A Associação Profissional dos Empregados em Entidades Sindicais de São Paulo também emitiu nota repudiando a violência e a arbitrariedade do ato policial contra "o legítimo direito de reunião e organização cometida contra o povo brasileiro no episódio do último dia 13".

No fechamento desta edição, "Voz da Unidade" ainda recebia manifestações de solidariedade. O Sindicato dos Metalúrgicos de Santos lançou nota de protesto contra a proibição da reunião e condenou o roubo de material da redação do Jornal. A Unidade Sindical da Baixada Santista cogita a realização de um Ato Público de protesto. A Comissão Pró-CUT e o DCE da UnB também se manifestaram. Cláudio Campos, do jornal "Hora do Povo", disse: "A invasão da VU assim como a detenção de mais de 80 pessoas é uma escandalosa violação dos direitos assegurados na Constituição e na própria Declaração dos Direitos do Homem, que determinam o direito de reunião a qualquer cidadão".

Todas as manifestações repetiam e reafirmavam, acima de tudo, o repúdio ao atentado policial à "Voz da Unidade", que partiu dos órgãos administradores da Lei de Segurança Nacional, cuja ruína será prenúncio do fim do regime ditatorial.



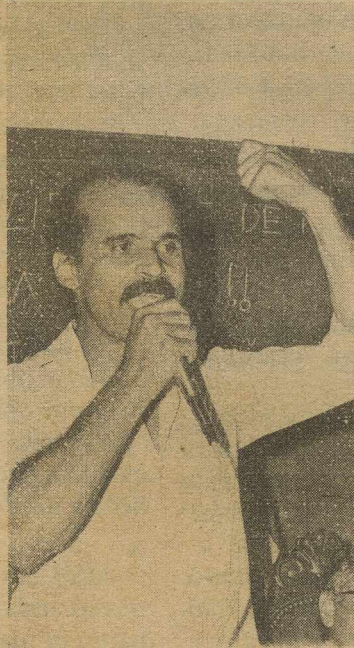
Alberto Goldman foi intensamente aplaudido após sua intervenção.



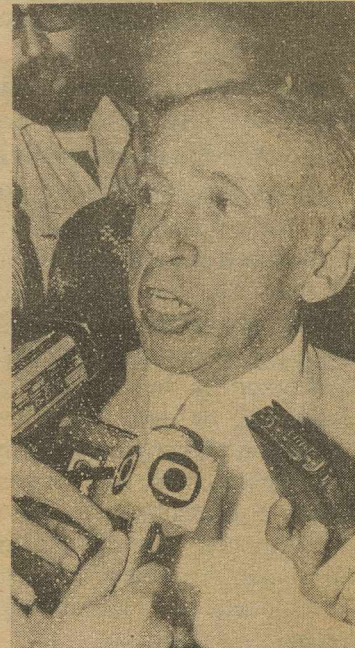
Davi Capistrano, mesmo convalescendo, levou sua mensagem para os participantes do ato.



Audálio Dantas presidiu os trabalhos da mesa durante o ato no Tuquinha.



Djalma Bom engrossa as fileiras pela unidade para dar um basta à violência do regime.



Tenório não admite ser tratado como criminoso.

Tuquinha ficou pequeno para Ato contra prisões

O senador Severo Gomes foi o primeiro orador do ato realizado contra a prisão dos participantes do Seminário da "Voz da Unidade". Disse: "Essa violência foi cometida não só contra o PCB, mas contra todos os cidadãos brasileiros para impedir a liberdade de organização e o debate das questões do povo e de toda a nação brasileira". Realizado no Tuquinha, reunindo mais de 80 entidades civis, personalidades, além de partidos políticos da oposição, a manifestação continuou com Severo exortando a sociedade brasileira para "mobilizar o povo para lutas com esta, na conquista de uma sociedade livre, com liberdades de organização. É preciso lutar pela legalidade do PCB, pois esta não é uma questão do PCB, mas do povo brasileiro para vencer esta questão essencial do país. Assim, a vitória será do povo, dos partidos e do Brasil".

Afirmando que "hoje se feriu a liberdade de oposição e de organização,

legítimo direito de todo cidadão brasileiro comprometido com as lutas democráticas do nosso povo", Audálio Dantas, deputado federal do PMDB, anunciou a composição da mesa, formada por ele próprio na presidência, pelo senador do PMDB, o líder na Câmara Municipal, Altino Lima, os deputados estaduais Fernando Moraes e Benedito Cintra, do PMDB, Djalma Bom, presidente do diretório regional do PT, Jair Meneguelli, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Givaldo Siqueira, membro do Coletivo Nacional dos Dirigentes Comunistas.

Em poucas horas, logo após a prisão dos participantes do Seminário, de boca em boca, a manifestação foi organizada. Falando em nome da bancada do PMDB na Assembléia Legislativa, o deputado Fernando Moraes denunciou a violência policial como sendo um "ato oficial do governo, apoiado num retalho de constituição fabricado por uma junta militar,

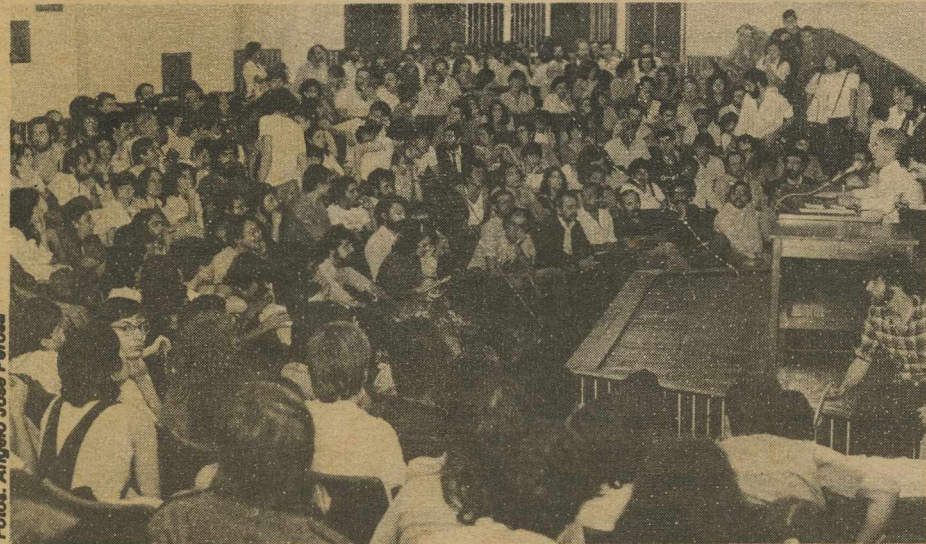
que coíbe o sagrado direito de organização e reunião". O parlamentar reiterou a disposição do PMDB de continuar na luta contra a violência e a arbitrariedade, conclamando os partidos políticos de oposição e os democratas brasileiros para se unirem contra a LSN, "assegurando o direito de nos organizarmos livremente em partidos políticos".

Para Givaldo Siqueira, membro do Coletivo Nacional dos Dirigentes Comunistas, "este ato arbitrário e autoritário, que apenas coroa uma série de atentados contra o nosso país, foi uma decisão tomada nos gabinetes de Brasília, para golpear a abertura conquistada pelo povo brasileiro". Referindo-se à questão democrática, afirmou ele que "todas as vezes que golpearam a democracia, golpearam os comunistas e todos os democratas sabem disto. Ficou claro para todos nós e para os comunistas que o único inimigo é o regime que quer tirar as liberdades conquistadas por todos nós".

"Muito além da questão comunista, o que existe neste país é a questão democrática, porque o povo não aceita democracia pela metade", afirmou o deputado federal Alberto Goldman. Para ele, "a ditadura está isolada e sem apoio, mas não está ainda no chão, porque tem o poder da força". Prosseguindo, Goldman concluiu dizendo que "não existe democracia neste país enquanto não pudermos pensar e nos organizar. Esta é a questão comunista".

Djalma Bom defendeu a unidade das oposições e colocou a questão da legalidade do PCB como sendo uma das centrais do quadro político brasileiro. "Essa é uma condição necessária para a consolidação da democracia neste país", acentuou.

Outros discursos que seguiram a mesma direção foram os dos deputados peemedebistas Paulo Kobaiashi e Eurípedes Sales.



Fotos: Argel José Peres

Logo à noite a manifestação de todos os setores da sociedade civil



Benedito Cintra defendendo a livre organização partidária.



Eurípedes Sales mostra como é frágil essa abertura.

A solidariedade

A extensa lista de todas as entidades e personalidades que apoiaram e se solidarizaram com os participantes do Seminário proibido pela Polícia Federal. No total eram mais de 800 pessoas que lotaram o auditório do Tuquinha para o Ato convocado no mesmo dia em que ocorreram as prisões. "Foi uma demonstração de que o povo vai lutar pela democracia", como disse Severo Gomes, senador recém-eleito pelo PMDB.

As entidades presentes:

UEE-SP; Sind. Artistas-SP; ABRASSO; Jornal Correio Sindical; ANDES; APRO-PUC; Sind. Jornalistas-SP; Juventude do PMDB; UBES; DCE-USP; Sind. Metalúrgicos de Guarulhos; Sind. Metalúrgicos de São Bernardo; Diretório Regional do PT; Fed. Nacional dos Jornalistas; Sind. Bancários-SP; Sind. dos Médicos-SP; Sind. metalúrgicos-SP; IAB; Jornal "O Trabalho"; Associação Médica do Brasil; UPES; Juventude Socialista Alicerce; Jornal "Convergência Socialista"; DCE/PUC-SP; DCE-UMC; Sind. Condutores de Veículos-SP; CA Física-USP; CA XI de Agosto - Fac. Direito da USP; Ass. Prof. Assistentes Sociais de SP; Ass. prof. Enfermagem; Ass. Funcionários do IPT; APEOESP; UNE; Com. Estadual PRO-CUT; Com. Nacional PRO-CUT; Movimento Negro Unificado; ASUSP; ADUSP; UMES; Sind. Metroviários de SP; Ass. Prof. Empregados. Entidades Sindicais do ESP; Sind. Engenheiros do ESP; Ass. Médicos Sanitaristas do ESP; CA da FGV; CA Escola de Sociologia e Política; "Horácio Berunck" - Fac. Ciências Econômicas de SP; Diretório Regional do PMDB da Freguesia do Ó e Brasilândia; Diret. Regional

do PMDB da Moóca; Juventude do PMDB de S. Caetano do Sul; Diretório Municipal do PMDB-Lins; DA Águia de Haia da UMC; União dos Moradores de V. Pirajussara; Ass. Cultural José Martí; Diretório Regional do PMDB DO J. América; Dir. Regional do PMDB da Santa Cecília; Centro da Mulher Brasileira; União Brasileira de Escritores; CA Lupe Cotrim da ECA/SUP; Jornal "Tribuna Operária"; União dos Moradores de V. Jôia; União dos Moradores da Favela do Educandário; Sind. Médicos do Espírito Santo; Com. Estadual PRO-CUT/ES; Conselho Nacional de Cineclubes; Federação Paulista de Cineclubes; Sind. Empregados em Editores de Livros de SP; Ass. dos Nordestinos Residentes do ESP; Sind. Psicólogos do ESP; CA Faculdade de Belas Artes de SP; Ass. Cultural e Recreativa da Região de Vila Prudente; Centro Comunitário Negro - CECONE; Núcleo do PT de Taboão e São Bernardo; Assoc. Popular de Saúde; Movimento contra a Carestia; Diretório do PT de Pinheiros; CA Leão XIII - PUC/SP; Espaço Livre - Centro de Arte e Comunicação de S. Caetano do Sul; Diretório do PMDB do Butantã; Ass. Universitária dos Estudantes de Psicologia; União Nacional dos Trabalhadores do Banco Central; CACS - CA. Ciências Sociais; Ca. 22 de Agosto; CA. Psicologia; CA. Psicologia; todos da PUC/SP; CA. Serviço Social; C.A. 16 de Março - UNESP - Rio Claro.

Personalidades

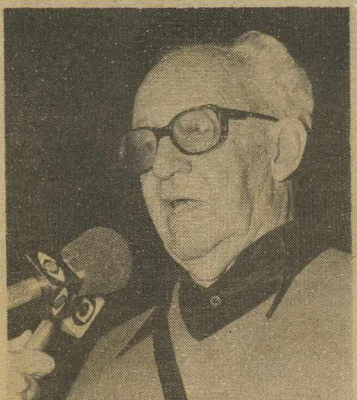
Senador Severo Gomes; Djalma Bom; Fernando Moraes; Benedito Cintra; Altino Lima; Edson Ferreira Batista; Luiz Tenório de Lima; Samir Achoa; Paulo Kobayashi; Jooji Hato; Alberto Goldman; Antônio Rezki; Eurípedes Salles e Edson Simões.



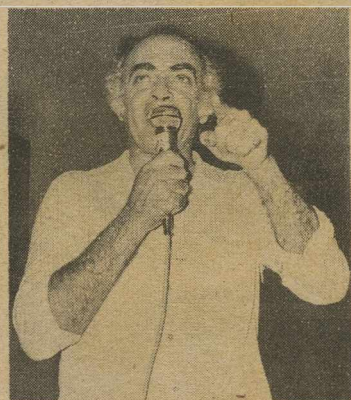
Fernando Moraes vê a saída para a conquista definitiva da democracia em manifestações como o ato do Tuquinha.



Kobalashi protesta contra prisões.

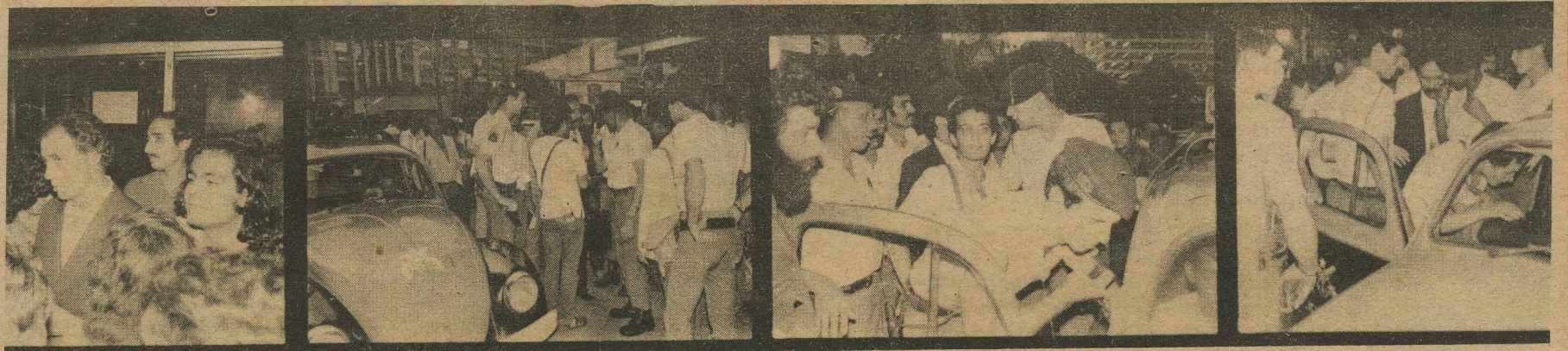


Dinarco Reis, com toda sua experiência, dando declarações à imprensa.

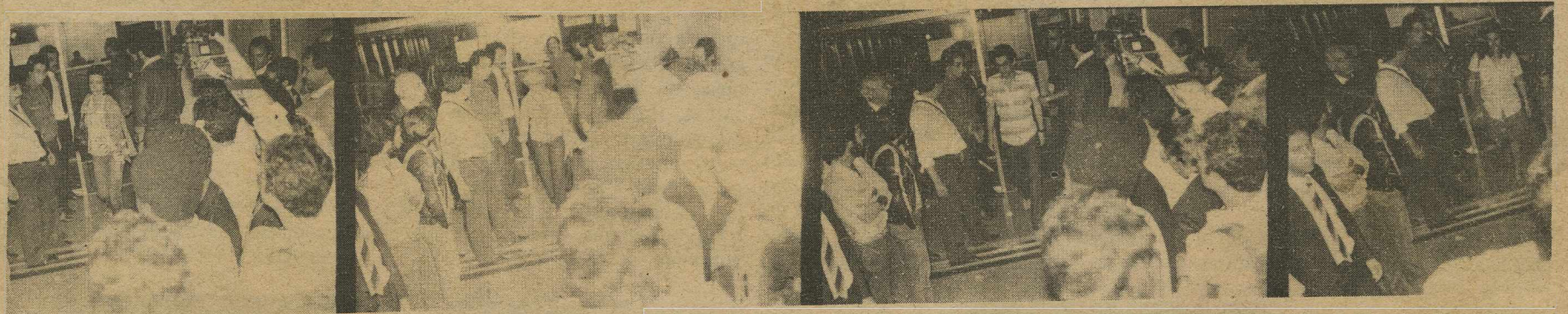


Givaldo Siqueira apontando os verdadeiros inimigos da democracia no ato do Tuquinha.

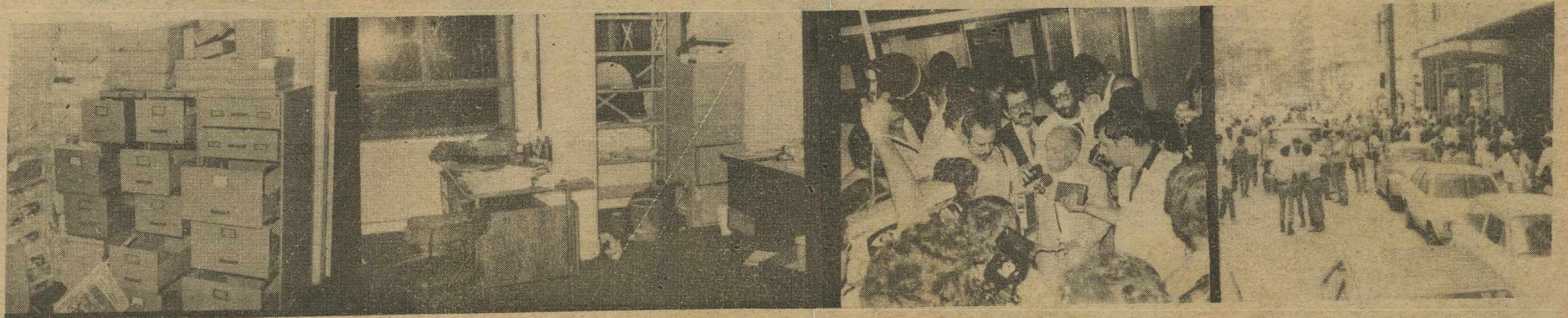
O clima que São Paulo viveu segunda-feira 13



A Lei de Segurança Nacional, em vigor ainda, é um instrumento capaz



de criar um clima que beira o terror. O centro da cidade de São Paulo



viveu, segunda-feira última, um desses climas. Dezenas de agentes da Polícia



Federal, fortemente armados e ajudados pela ROTA da PM, invadiram a



sede de um jornal. O povo não gostou.